



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE UMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**ESCOLA DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO-PB: UM MARCO PARA
A COMUNIDADE SURDA LOCAL (1999 a 2002)**

VALÉRIA BARBOSA GUEDES

LINHA 1. HISTÓRIA, POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAIS

Campina Grande-PB
2024

VALÉRIA BARBOSA GUEDES

**ESCOLA DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO-PB: UM MARCO PARA
A COMUNIDADE SURDA LOCAL (1999 a 2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha 1. História, Política e Gestão Educacionais

Orientadora: Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima

Campina Grande-PB
2024

G924e Guedes, Valéria Barbosa.

Escola de surdos no Município de Gado Bravo-PB: um marco para a comunidade surda local (1999 a 2002). / Valéria Barbosa Guedes. – Campina Grande, 2024.

99 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Profa. Dra. Niédja Maria Ferreira de Lima".

Referências.

1. Escola Bilíngue de Surdos. 2. Comunidade Surda. 3. Educação Inclusiva. 4. Gado Bravo-PB. I. Lima, Niédja Maria Ferreira de. II. Título.

CDU 376-056.263(813.3)(043)

**ESCOLA DE SURDOS NO MUNICÍPIO DE GADO BRAVO-PB: UM MARCO PARA
A COMUNIDADE SURDA LOCAL (1999 a 2002)**

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Banca Examinadora, composta pelos membros:

Aprovado em: 14/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Núbia Maria Ferreira de Lima

Presidente/Orientadora

Melânia Mendonça Rodrigues

Profa. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues - PPGED/UFCG

Examinadora interna

Documento assinado digitalmente



SHIRLEY BARBOSA DAS NEVES PORTO

Data: 13/11/2024 17:54:56-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Shirley Barbosa da Neves Porto – PPGLE/UFCG

Examinadora externa

À minha amada e querida mãe, Josefa Barbosa Guedes, que trabalhou incansavelmente para tivéssemos as condições mínimas para estudar e sobreviver!
Ao meu amado pai, José Guedes Sobrinho, que assim como minha mãe, trabalhou, lutou e nos incentivou a estudar, pois sabia que a Educação era o único caminho que nos levaria a realizar nossos sonhos e mudar a nossa realidade.
Aos meus irmãos, Valbene Barbosa Guedes, Walter Barbosa Guedes e Wandson Barbosa Guedes, que juntos se tornam a força necessária e impulsionadora de incentivo, levando palavras de amor, em momentos tristes e felizes de minha vida!
Ao meu amado esposo, Romildo Pedro da Silva, grande incentivador e responsável pelas mudanças positivas que ocorreram em minha vida.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

As palavras escritas aqui não serão suficientes para descrever e agradecer a grande emoção que estou sentindo no momento. Agradeço, primeiramente a Deus, que com o dom da vida, permitiu-me chegar aonde cheguei, pois, diante de tantas dificuldades que enfrentei – na verdade, oportunidades de aprendizado –, nunca perdi a fé em dias melhores e sempre soube que existe uma força superior que me ajudou e me conduziu até aqui.

Aos meus pais, que, mesmo diante das dificuldades por que passamos, sempre encontravam forças para lutar por mim e pelos meus irmãos. Embora tendo que trabalhar muito no campo, para que tivéssemos do que viver, eles sabiam que, por meio da educação, teríamos a possibilidade de seguir caminhos melhores.

Aos meus avós maternos (*in memoriam*), que nos ajudaram com nossos estudos nos momentos que precisamos.

Às professoras Silvia Roberta Motta Rocha e Maria Antônia Henrique Barbosa, que, juntas, despertaram em mim o desejo de voltar a estudar depois de sete anos desde a conclusão do curso de Pedagogia da UEPB.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG, que possibilitou que meu sonho se tornasse uma realidade. Esse agradecimento se estende a todos os que fazem parte desse Programa de Mestrado – professores, técnicos administrativos e colegas que tive a oportunidade e o privilégio de conhecer.

À professora Melânia Mendonça Rodrigues, que estava presente em minha entrevista e participou de momentos importantes para mim, antes e durante o meu ingresso no PPGEd/UFCG. O conhecimento que me proporcionou mudou a minha vida e a visão que tinha sobre a educação e o mundo.

À minha querida orientadora, professora Niédja Maria Ferreira de Lima. Obrigada pela paciência e ensinamentos! Serei sempre grata pela oportunidade e por todo o conhecimento compartilhado; levarei todas as contribuições e ensinamentos recebidos para minha vida pessoal e profissional.

À minha Banca de defesa, da qual fizeram parte as professoras Doutoras Melânia Mendonça Rodrigues, Shirley Barbosa da Neves Porto, Simone Vieira Batista e Vívía de Melo Silva. Muito obrigada a todas, pelas ricas contribuições e disponibilidade.

Ao meu esposo, Romildo Pedro da Silva, que não mediu esforços para me incentivar e fazer com que acreditasse em mim mesma, sempre me dizendo que eu ia conseguir.

Aos meus irmãos, que acreditam em mim, constantemente me incentivando para que pudesse ir em busca dos meus sonhos.

À minha amiga, Eliane da Silva Rocha, exemplo de força, dedicação e inspiração e que sempre me anima com sua alegria e positividade sobre a vida.

A todos que colaboraram para que essa pesquisa fosse desenvolvida, em especial, aos que aceitaram participar das entrevistas, Eleny Gianini, Maria do Socorro Leal Cabral, Dorgivânia Gomes de Souza Silva e Gizebel Gomes Barbosa, enriquecendo e contribuindo para que a história sobre a escola de surdos do município de Gado Bravo-PB pudesse ser reconstruída, trazendo seu significado social e educacional, principalmente para a comunidade surda regional e esse município.

À intérprete de Libras e professora egressa da EMSGB, Maria de Fátima: muito obrigada pela disponibilidade e contribuições na interpretação para que a entrevista com a aluna surda fosse realizada.

RESUMO

A presente dissertação teve como objeto de estudo a instituição Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo-PB “Edwards Caldas Lins” (1999 a 2002). Está vinculada à linha de pesquisa de História, Política e Gestão Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG). O estudo se insere no campo da história da Educação, com foco em instituições escolares, e na educação bilíngue de surdos. Teve como objetivo geral analisar o processo de criação e implantação da escola de surdos no município de Gado Bravo-PB, no período de 1999 a 2002. Como objetivos específicos buscou i) investigar determinantes político-educacionais da educação de surdos, quando da criação da escola de surdos no município de Gado Bravo; ii) descrever o processo de construção da proposta político-pedagógica da escola, com ênfase nos sujeitos participantes; e iii) analisar a importância social e educacional da escola, segundo a visão dos sujeitos envolvidos no processo de criação e implantação dessa escola. A pesquisa foi realizada mediante análise documental, contemplando projetos e relatórios finais de extensão, vinculados ao PROBEX/UFPB (2001-2002), e na Lei nº 069/2001, de denominação da escola; entrevistas semiestruturadas com quatro sujeitos – um surdo e três ouvintes – que participaram do processo de criação e implantação da instituição. Os dados foram analisados considerando a perspectiva da análise interpretativa (Severino, 2013). O estudo constatou que a EMSGB foi inaugurada em 23 de abril de 2001, no marco teórico do bilinguismo para surdos. Para o seu processo de implantação, a Secretaria de Educação e Cultura de Gado Bravo solicitou a assessoria pedagógica de um grupo de professoras da UFPB, atual UFCG, que contou também com a participação de professoras da Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC) e alunos extensionistas. Evidenciamos o importante papel da equipe pedagógica e docente dessa Escola: a diretora, pessoa que, além de sua experiência acadêmica e profissional na EDAC, era “filha da terra” e trabalhou incansavelmente para a educação das pessoas surdas no município; a instrutora de Libras, que propiciou um rápido aprendizado da Língua de Sinais na escola; e do grupo de professoras dessa instituição. Podemos afirmar que a EMSGB representou um marco para a vida dos surdos do município de Gado Bravo, pois, desde a sua implantação, vem contribuindo para mudar, significativamente, a realidade educacional e social da comunidade surda local.

Palavras-chave: Educação bilíngue de surdos; Escola de surdos; Comunidade surda; Gado Bravo-PB.

ABSTRACT

The present dissertation examines the Municipal School of the Deaf of Gado Bravo/PB "Edwards Caldas Lins," focusing on the period from 1999 to 2002. This study aligns with the research line of Educational History, Policy, and Management within the Graduate Program in Education at the Federal University of Campina Grande (UFCG). The research is situated within the broader context of educational history, specifically concentrating on school institutions and the bilingual education of deaf individuals. The primary aim of this study was to analyze the creation and implementation process of the school for the deaf in Gado Bravo/PB during the specified time frame. The specific objectives included investigating the political and educational determinants influencing the establishment of the school, describing the development of its political-pedagogical proposal with an emphasis on the participating individuals, and assessing the social and educational significance of the institution from the perspective of those involved in its creation and implementation. Methodologically, the research employed documentary analysis, focusing on related projects and final extension reports affiliated with PROBEX/UFPB (2001-2002) and Law No. 069/2001, which sanctioned the name of the school. Additionally, semi-structured interviews were conducted with four participants—one deaf individual and three hearing individuals—who played roles in the institution's founding and development. The data were analyzed from an interpretative perspective as outlined by Severino (2013). The findings revealed that the EMSGB was inaugurated on April 23, 2001, within a bilingual framework for the deaf. The implementation process was facilitated by a request from the Department of Education and Culture of Gado Bravo for pedagogical support from a group of educators from UFPB, now UFCG, which also involved the participation of professors from EDAC and extension students. Notably, the director of the school played a critical role; her extensive academic and professional experience, combined with her deep connection to the local community, drove her commitment to enhancing educational opportunities for deaf individuals in Gado Bravo. The Deaf Interpreter significantly contributed to the rapid acquisition of Sign Language by students, alongside a dedicated group of teachers. Overall, the establishment of the EMSGB marks a pivotal moment in the lives of deaf individuals in Gado Bravo, as it has fostered meaningful change in the educational and social circumstances of the local deaf community since its inception.

Keywords: Bilingual education for the deaf; School for the deaf; Deaf community; Gado Bravo-PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Municípios da Paraíba, com destaque no município de Gado Bravo/PB

Figura 2 – Professoras reunidas, participando do curso de extensão de formação sobre educação de surdos em 2001

Figura 3 – Professoras da EMSGB, participando de encontro de planejamento e estudos com a equipe do projeto de extensão

Figuras 4 e 5 – Alunos e professoras, reunidos em frente ao prédio da EMSGB

Figura 6 – Prédio onde funcionou a primeira escola de surdos de Gado Bravo (EMSGB)

Figura 7 – Sinal da escola em Libras

Figura 8 – Padre Edwards Caldas Lins

Figura 9 – Lei nº 069/2001 que denomina a escola Edwards Caldas Lins, como sendo a escola destinada para surdos no município de Gado Bravo-PB

Figuras 10 e 11 – Instrutora surda, alunos e professoras numa aula de Libras

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CDSA-Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

EDAC - Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande

EMEEA - Escola Municipal de Educação Especial de Aroeiras

EMSGB – Escola Municipal de Surdos do Município de Gado Bravo/PB

FAVENI – Faculdade Venda Nova do Imigrante

FIP – Faculdades Integradas de Patos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEEPES – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Língua de Sinais

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGEd – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROBEX – Programa de Bolsa de Extensão

Seduc/GB – Secretaria de Educação de Gado Bravo

SEC-GB – Secretaria de Educação e Cultura de Gado Bravo

UAEd – Unidade Acadêmica de Educação

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UMEIEFBS – Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos Nossa Senhora da Conceição

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos selecionados para desenvolvimento da pesquisa

Quadro 2 – Levantamento do número de pessoas surdas no município de Gado Bravo-PB em 2000

Quadro 3 – Equipe técnica e pedagógica da escola em 2001 e 2002

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 Delineamentos teórico-metodológicos	18
1.1.2 Gado Bravo: <i>locus</i> da pesquisa.....	22
1.1.3 “Em busca dos surdos” de Gado Bravo	25
1.1.4 Uma escola bilíngue para surdos	28
1.1.5 Os sujeitos participantes da pesquisa.....	29
2 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE, POLÍTICA DE INCLUSÃO E ESCOLAS PARA SURDOS: ALGUNS PRESSUPOSTOS	31
2.1 A abordagem bilíngue de educação para surdos	31
2.2 Educação bilíngue de surdos no contexto da política de educação inclusiva: a resistência das escolas bilíngues	34
2.3 Escolas de surdos no interior paraibano: histórias que se entrelaçam	42
2.3.1 EDAC: a pioneira (1984)	43
2.3.2 EMEEA de Aroeiras (2006)	44
2.3.3 Escola Bilíngue de Surdos de Sumé: a UMEIEF (2011)	45
3 ESCOLA DE SURDOS DE GADO BRAVO: PERCURSOS TRILHADOS PARA A SUA IMPLANTAÇÃO (1999-2002)	48
3.1 Primeiras iniciativas do município	48
3.2 Extensão universitária na EMSGB (2001-2002)	51
3.2.1 Os sujeitos da EMSGB: profissionais (surdos e ouvintes) e discentes da escola.....	58
4 A IMPLANTAÇÃO DA EMSGB RELATADA PELOS SUJEITOS PARTICIPANTES	62
4.1 Da instalação e inauguração da EMSGB: alguns registros	62
4.2 Surdos que residiam em Gado Bravo: de “Ser Surdo” invisível a sujeito educativo e social	66

4.3 Formação de professores e mudanças no contexto da educação de surdos em Gado Bravo-PB.....	71
4.4 O encontro com a Libras: a instrutora surda como referência identitária e no processo educacional.....	75
4.5 A relação entre familiares dos sujeitos surdos e a escola: alguns desafios.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO I	91
ANEXO II	95
APÊNDICES.....	96

INTRODUÇÃO

A educação das pessoas surdas no município de Gado Bravo-PB sempre me chamou a atenção. Queria entender e conhecer mais sobre sua educação, os motivos pelos quais não estudávamos juntos e por que frequentavam uma escola específica. Sempre as observava se comunicando umas com as outras, mas não entendia a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Meu contato com os surdos de Gado Bravo se iniciou em situações esporádicas, quando o município promovia eventos e festividades na escola dos surdos, chamada de “Escola Municipal de Surdos do Município de Gado Bravo-PB “Edwards Caldas Lins”. Lembro-me de que as pessoas surdas sempre participavam dos desfiles cívicos, nesse momento estávamos todos juntos (surdos e ouvintes). Foram esses eventos que me propiciaram olhar para as pessoas surdas do município e me fizeram querer conhecer um pouco mais sobre a história de criação dessa instituição voltada especificamente para a educação das pessoas surdas.

Ao término do Ensino Médio, em 2011, ingressei na Graduação em Pedagogia. Participei de uma seleção do Programa de Tutoria Especial¹, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para fazer leituras, ajudando uma aluna deficiente visual. A partir daquele ano, comecei a ter contato mais próximo com as pessoas com deficiência, passando a conviver com elas, aprendendo e entendendo um pouco mais de sua realidade e seus desafios.

Antes de concluir a graduação, já era funcionária pública concursada desde 2012, e trabalhava como auxiliar de serviços gerais no município de Gado Bravo-PB. Assim que terminei a graduação em Pedagogia, no ano de 2015, realizei meu segundo concurso, para o cargo de professora. Fui aprovada e convocada, em 2016, para assumir a sala de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Godofredo Joosten, situada na sede do município. Nesse momento, tive contato com outra pessoa com deficiência, o que me fez buscar conhecimentos para orientá-la em seus estudos. Por isso, em 2017, fiz a especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e outros cursos relacionados à Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Em 2020, ainda durante a pandemia da Covid-19², a Coordenadora-Geral do município de Gado Bravo iniciou o projeto de criação da primeira Sala de Recursos Multifuncionais

¹ O programa de Tutoria Especial, criado em 2006 pela UEPB, tem como objetivo oferecer assistência pedagógica aos alunos com deficiências matriculados na Instituição.

² A pandemia da Covid-19 se iniciou no Brasil em 2020 e acarretou a morte de milhares de pessoas, havendo a necessidade do fechamento de escolas, empresas e outros espaços que concentravam um grande número de

(SRM) para o AEE e, como eu já demonstrava bastante interesse pela educação desses alunos, fui convidada pela Secretária de Educação do município para coordenar esse trabalho. Considero esse momento importante, pois me fez querer entender ainda mais sobre as políticas públicas que o município onde atuo estava proporcionando aos alunos com deficiência.

Atuando no AEE, tive meu primeiro aluno surdo e percebi que, como professora, precisava sempre estar aprendendo e compreendendo a educação para esses sujeitos. A partir desse contato com esse aluno surdo, conversei com sua família e enfatizei que seria importante que conhecessem o trabalho da escola de surdos que o município oferecia, pois poderia ajudá-lo a se comunicar e aprender com mais facilidade. Foram essas experiências que propiciaram conhecer um pouco mais do trabalho realizado pela escola de surdos do município. Por isso, quando surgiu o curso de Libras para ouvintes, no município de Gado Bravo/PB, resolvi participar e conhecer mais sobre a Libras. Apenas com o ingresso no PPGEd/UFCG tive compreensão sobre a importância dessa escola para surdos no município, pois ainda não entendia a relevância dessa escola e da educação bilíngue para esses sujeitos, mesmo encaminhando meu aluno surdo para a escola que há no município.

Essas vivências pessoais, da experiência acadêmica e profissional, além de estudos e discussões realizadas em disciplinas do mestrado, particularmente, sobre as políticas públicas de educação especial, e estudos no campo de pesquisa sobre instituições escolares, junto com grupos de pesquisa, possibilitaram-me o início de uma reflexão e algumas inquietações no tocante à educação de surdos no contexto da política de inclusão, cuja orientação é incluir as pessoas e, no caso, as pessoas surdas, em escolas de ouvintes ou escolas regulares ditas inclusivas. A participação nos encontros da pesquisa sobre a história de duas instituições – a Escola Normal Estadual de Campina Grande Padre Emídio Viana Correia (ENECG) e a Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande (EDAC³) – possibilitou-me conhecer mais os trabalhos sobre história de instituições escolares vinculadas ao campo das pesquisas em História da Educação bem como estudos no marco teórico da educação bilíngue de surdos.

Essa trajetória me instigou a enveredar nos estudos nessa área, e elegi como objeto de estudo a instituição Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo-PB Edwards Caldas Lins, no período de 1999 a 2002. O interesse por essa temática ampliou-se no levantamento prévio da produção acadêmica em estudo, no banco de dissertações e teses da Biblioteca Digital de Teses

peças, com o objetivo de diminuir a transmissão do vírus e zelar pela vida e a saúde dos brasileiros. Com isso, as aulas passaram a ser remotas em todos os níveis de ensino.

³ Em 2019, a escola passou a se chamar Escola Estadual Cidadã Integral de Audiocomunicação de Campina Grande Demóstenes Cunha Lima.

e Dissertações (BDTD). Na busca *online* das produções acadêmicas, utilizamos como descritores “Instituição escolar”, “Escola para surdos”, “Escola de surdos na Paraíba” e “Educação Bilíngue para Surdos”. Em todos os descritores, utilizamos dois filtros: o ano de 1999 a 2001, por abarcar o ano em que se iniciou uma busca pelas pessoas surdas no município de Gado Bravo e o ano em que a escola foi implantada, respectivamente.

Com o primeiro descritor “Instituição escolar”, foram encontrados 462 resultados. Desses resultados, pesquisamos sobre os títulos que mais se aproximavam com nosso objeto de estudo e, quando iniciamos as leituras, percebemos que os estudos abordavam sobre as mais diversas temáticas no campo das instituições escolares, porém e não tinham relação direta com o nosso objeto de estudo. Essa imersão nos possibilitou conhecer melhor os estudos realizados por Sanfelice (2009), Gatti Júnior e Gatti (2015), sobre a história e historiografia de instituições escolares, quando afirmam que, desde a década de 1990, houve um notável crescimento de pesquisas acerca das instituições escolares-educativas, o que se deve, muito provavelmente, ao fenômeno vivenciado de expansão da pós-graduação em Educação em todo Brasil bem como à criação de um bom número de linhas de pesquisa nesses programas, que foram direcionadas para a área de História da Educação.

Em relação ao descritor “Escola para surdos”, identificamos 13 resultados. Desses resultados, não encontramos nenhuma tese ou dissertação que contribuísse com nossos estudos ou seja, uma escola destinada, particularmente, para a educação das pessoas surdas. Encontramos, apenas, teses e dissertações que tratavam de incluir os sujeitos surdos em escolas regulares, e não na criação de uma escola para surdos. Já, para o descritor “Escola de surdos na Paraíba” não foi encontrado nenhuma tese ou dissertação na BDTD, com o marco temporal informado. Para o último descritor, “Educação Bilíngue para Surdos”, encontramos apenas dois resultados, que tratavam da escrita das pessoas surdas e sobre o ambiente voltado para o letramento das pessoas surdas. Por isso, desses resultados disponibilizados pela BDTD não foi possível encontrar nenhuma tese ou dissertação relacionada com nossa pesquisa.

Pelo fato de não termos encontrado nenhuma pesquisa...encontrando nenhuma pesquisa relacionada à escola de surdos no município de Gado Bravo-PB, entendemos a necessidade de desenvolver essa pesquisa que poderá contribuir para constituição de um conhecimento da história da educação de surdos local e nacional. Dessa forma, é indispensável buscar informações que nos direcionem para os motivos que fizeram com que essa instituição fosse criada, assim como confirmem sua relevância para a comunidade local e para as pessoas surdas, pois, como professora atuante na educação desse município, é de fundamental importância estar inteirada dos direitos educacionais dos nossos alunos.

Além disso, diante do percurso histórico, social e educacional percorrido pelas pessoas surdas no Brasil, precisamos estar atentos às suas reivindicações por uma educação que respeite sua cultura e direitos, ou seja, o direito linguístico e educacional em uma instituição bilíngue, que atenda às necessidades dos sujeitos surdos. Neste sentido, em uma aproximação preliminar ao objeto de estudo, pontuamos a questão central desta pesquisa: Por que foi criada uma escola de surdos no município de Gado Bravo? Essa questão enseja a investigação dos contextos, dos sujeitos e das instituições que participaram do processo de implantação dessa escola para surdos no município.

Partindo desses argumentos, definimos como objetivo geral analisar o processo de criação e implantação da escola de surdos no município de Gado Bravo-PB, no período de 1999 a 2002. Elencamos como objetivos específicos:

- Investigar determinantes político-educacionais da educação de surdos na criação da escola de surdos no município de Gado Bravo.
- Descrever o processo de construção da proposta político-pedagógica da escola, com ênfase nos sujeitos participantes.
- Analisar a importância social e educacional da escola, segundo a visão dos sujeitos envolvidos no processo de criação e implantação.

Com a realização desta investigação, almejamos contribuir para a constituição de um conhecimento não só acerca da história da educação e da educação bilíngue de surdos gadobravenses, paraibana, mas também nacional bem como propiciar reflexões sobre a história e o papel social desempenhado pela escola bilíngue de surdos no seu processo de implantação, ação que vai na contramão da política de educação inclusiva vigente no país. Esperamos, assim, colaborar para o reconhecimento e visibilidade da escola de surdos e comunidade surda do município no contexto mais amplo da educação.

No decorrer desta pesquisa, entenderemos a importância da criação de uma escola bilíngue para aqueles sujeitos que pouco ou não frequentavam a escola. Outrossim, mesmo a frequentando, não conseguiam aprender, porque pouco se sabia sobre a surdez.

A presente dissertação está organizada da seguinte forma: além desta introdução, traz a seção dois, intitulada “A educação bilíngue, política de inclusão e escolas para surdos: alguns pressupostos”, no qual se trata da importância da educação bilíngue para os sujeitos surdos em uma perspectiva que condiz com a necessidade da Libras para comunicação entre surdos e ouvintes. Nesta perspectiva, abordamos algumas políticas educacionais que dispõem sobre os direitos das pessoas surdas, como o direito linguístico à Libras. Além disso, fazemos alguns

apontamentos sobre a defesa das pessoas surdas por uma escola bilíngue face à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Além de contemplar a defesa pelas escolas bilíngues, enfatizamos a proposta educacional adotada pelas escolas de surdos aqui na Paraíba, a começar pela EDAC, que, embora tenha iniciado com práticas orais, adotou a perspectiva bilíngue e mudou a situação educacional de muitos alunos surdos, ampliando essa perspectiva para os municípios de Gado Bravo, Aroeiras e Sumé.

A seção três, “Escola de surdos de Gado Bravo: percursos trilhados para a sua implantação (1999-2002)”, apresenta os caminhos que foram trilhados para a implantação da escola de surdos de Gado Bravo, destacando ações realizadas pelo município, por meio de sua Secretaria de Educação e da colaboração de professoras da área de educação de surdos da UFPB⁴, atual UFCG, assessorando, pedagogicamente, a criação da referida escola, visando proporcionar uma educação específica para os sujeitos surdos que estavam passando pela repetência e falta de escolarização.

Para entendermos como foi esse processo de construção que levou até a criação de uma escola específica, recorreremos a informações contidas nos projetos de extensão e seus respectivos relatórios finais que tratam do trabalho extensionista realizado por professoras da UFPB, atual UFCG, por outras da EDAC e por alunos extensionistas do curso de Pedagogia no município de Gado Bravo/PB.

A quarta seção, “A implantação da EMSGB relatada pelos sujeitos participantes”, traz registros das entrevistas realizadas com quatro sujeitos (um surdo e três ouvintes), dos quais alguns têm sua história de vida atrelada à criação dessa Escola. Esses sujeitos participaram do início de criação da escola de surdos do município de Gado Bravo/PB e contribuíram para que essa história fosse contada. Essa seção nos revela, portanto, como foi o primeiro ano de implantação da escola de surdos.

Por fim, apresentamos nossas *Considerações Finais*, momento em que fazemos uma síntese, com base nos nossos objetivos e nas seções anteriores, bem como apontamos possíveis desdobramentos da pesquisa, seguida das referências que utilizamos.

1.1 Delineamentos teórico-metodológicos

A presente pesquisa está situada no campo da História da Educação (Saviani, 2021; Nosella; Buffa, 2013; Gatti Júnior; Gatti, 2015). Os estudos voltados para a história de

⁴ Em abril de 2002, o *Campus II* (Campina Grande) desvinculou-se da UFPB e passou a pertencer à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus I*.

instituições escolares se inserem nesse campo, pois estudar essa história pressupõe reconstruí-la historicamente, problematizar fatos ali ocorridos ou relacionados a ela. Significa, portanto, buscar compreender a reprodução, no plano do conhecimento, das condições efetivas em que se deu a sua construção histórica (Saviani, 2021). Tal conhecimento é fundamental para a “compreensão dos contornos específicos de qualquer sociedade, ainda que não se esgote em si mesmo, mas, sim, na compreensão da articulação que essas instituições comportam em termos societários” (Gatti Júnior; Gatti, 2015, p. 341).

Essa compreensão impele o pesquisador, portanto, a ultrapassar o estrito âmbito do objeto de estudo, para buscar apreender, no contexto sócio-histórico mais amplo, condicionantes da configuração assumida por determinada instituição. Parte-se do entendimento de que as instituições escolares são

[...] necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (Saviani, 2021, p. 5).

Neste sentido, ao se reconstruir a história de criação de uma instituição, que neste caso, é a escola de surdos pertencente ao município de Gado Bravo, permite-se voltar no tempo, reconstruir o passado, resgatar os significados, necessidades e sujeitos envolvidos que resultaram na criação de uma escola específica para surdos no interior da Paraíba.

O marco temporal escolhido para realização desta pesquisa foi o período de 1999 a 2002, que demarca os antecedentes de criação da escola de surdos no município de Gado Bravo-PB e seu processo de implantação, respectivamente.

Para isso, buscamos fontes históricas, documentais, disponíveis nos arquivos selecionados, e os relatos de sujeitos que participaram do processo de criação da escola, obtidos por meio de entrevistas, dados que se constituem fundantes para a reconstrução histórica da referida instituição. Esses dados permitiram compreendermos o contexto de sua criação, as intencionalidades, acontecimentos e ações que impulsionaram a implantação dessa instituição.

Para bem conhecermos nosso objeto de estudo, procedemos com a análise documental (Cellard, 2012; Evangelista, 2012), cientes de que há uma abundância de tipos de documentos escritos e várias maneiras de agrupá-los. Neste sentido, a pesquisa documental,

[...] exige, desde o início, um esforço firme e inventivo quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos, ou das fontes potenciais de

informação, e isto ocorre não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento (Cellard, 2012, p. 298).

A autora Evangelista (2012) define documentos como produtos de informações selecionadas “[...] de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídas pelos constituintes do momento histórico” (Evangelista, 2012, p. 8, sic).

Os autores acima citados também ressaltam a importância de se saber contar com algumas fontes documentais, apresentando um olhar crítico sobre elas. É fundamental analisar o contexto no qual foi produzido o documento, buscando conhecer a conjuntura política, econômica, social e cultural que levou à sua produção. A esse respeito, diz Cellard:

Uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quanto no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações (2012, p. 300).

Assim sendo, selecionamos alguns documentos que subsidiaram o desenvolvimento desta pesquisa, os quais tratam da criação da escola de surdos do município de Gado Bravo-PB, no período considerado.

Quadro 1 – Documentos selecionados para desenvolvimento da pesquisa

TIPO/ANO	TÍTULO DO DOCUMENTO
Projeto de Extensão PROBEX/UFPB – (Dorziat, 2001; Gianini, 2002) Relatório Final – (Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002); (Martins; Silva; Gianini, 2002)	Assessoria Pedagógica para a Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo-PB Assessoria Pedagógica para a implantação da Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo-PB
Lei nº 069/2001	Lei que denomina a escola Edwards Caldas Lins, como sendo a escola destinada para surdos no município de Gado Bravo-PB

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

As fontes documentais acima destacadas foram localizadas no arquivo do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Surdos (LEEPES), vinculado à Unidade Acadêmica de Educação da UFCG, que contém um rico acervo documental da área, do arquivo pessoal da direção da Escola⁵ de Surdos de Gado Bravo e da Secretaria de Educação do Município.

Realizamos entrevistas com os sujeitos que participaram criação da escola e também dos eventos que antecederam essa criação, pois concebemos que “não significa uma conversa despreziosa e neutra[...]” (Cruz Neto, 2002, p. 57). Optamos por utilizar a entrevista semiestruturada que, segundo Gil (2021, p. 85), “[...] apresenta diferentes formatos, mas se caracteriza, principalmente, pelo estabelecimento prévio de uma relação de questões ou tópicos que são apresentadas aos entrevistados”. Esse procedimento nos permite obter dados objetivos e subjetivos (Cruz Neto, 2002).

Para a realização das entrevistas, tínhamos selecionado, inicialmente, seis sujeitos que participaram do processo de criação da Instituição, a saber: um representante da Secretaria de Educação do município; uma diretora da escola de surdos; dois professores, sendo um surdo e um ouvinte; uma professora da assessoria pedagógica da Unidade Acadêmica de Educação da UFPB (UAEd/UFPB) e um aluno surdo. Esclarecemos que, na etapa dessas entrevistas, fizemos alguns ajustes em relação aos participantes, em função da impossibilidade de participação da professora surda (instrutora de Libras) e da representante da Secretaria de Educação. Dessa forma, contamos, efetivamente, com a presença de quatro sujeitos: a professora da assessoria pedagógica; uma das seis primeiras professoras que atuam na escola de surdos; a primeira diretora da escola de surdos; e uma das primeiras alunas matriculadas na escola de surdos, que iniciou seus estudos na escola, no ano de 2001, ou seja, quando esta foi implantada.

Contamos, nesse momento das entrevistas, com a presença de uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para interpretação-tradução da entrevista sinalizada com a participante surda – vale destacar que a Libras é considerada como Primeira Língua os surdos. Por ser essa língua de modalidade visuoespacial, as entrevistas foram gravadas em vídeo e transcritas para a Língua Portuguesa.

O roteiro de entrevista semiestruturada com os sujeitos participantes (Apêndice I) contou com perguntas organizadas por blocos de questões, que abordavam informações pessoais, acadêmicas e profissionais, temas específicos por sujeitos, buscando contemplar

⁵ Não tivemos acesso ao arquivo da EMSGB, em função de esta ter sofrido um incêndio no ano de 2020 que destruiu a documentação lá existente.

aspectos que não constavam nos documentos ou que esclarecessem e acrescentassem outras informações sobre a criação da escola de surdos, no período de 1999 a 2002.

Para que as entrevistas acontecessem, a pesquisa seguiu os trâmites éticos, submetendo toda a documentação à apreciação do Comitê de Ética da UFCG, com registro, na Plataforma Brasil, em 31 de março de 2023 e aprovado em 11 de julho de 2023 (Anexo I).

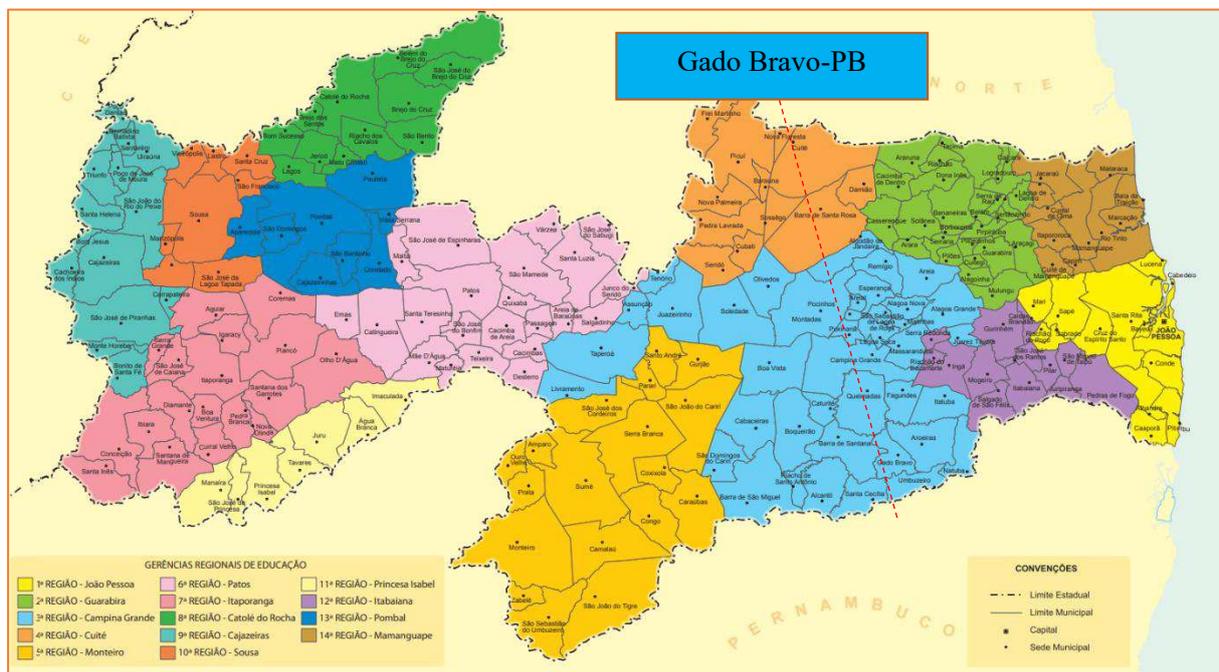
Quanto aos participantes ouvintes, as entrevistas foram realizadas em Língua Portuguesa, na modalidade oral, gravadas em áudio. Todas as entrevistas foram transcritas em Língua Portuguesa, de modo a permitir maior imersão nos dados, da forma mais fidedigna possível. As entrevistadas autorizaram a sua identificação com o nome próprio.

Para analisar os dados oriundos dos documentos e das entrevistas, visando respondermos à questão central do presente estudo, recorreremos à análise interpretativa (Severino, 2013), pois nos permitiu dialogar com os autores escolhidos, realizar comparações para compor a pesquisa, a fim de alcançarmos uma compreensão interpretativa e um olhar crítico para os dados.

1.1.2 Gado Bravo: *locus* da pesquisa

O município de Gado Bravo está localizado no agreste paraibano que fica aproximadamente a 170 km da capital, João Pessoa. A população desse município, excede um pouco mais de 8.000 habitantes. A grande maioria de sua população está concentrada na zona rural. O mapa abaixo apresenta os 223 municípios paraibanos, com ênfase no município de Gado Bravo-PB.

Figura 1 – Mapa dos Municípios da Paraíba, com destaque no município de Gado Bravo-PB



Fonte: Mapa PB – GREs. Eps. Adaptado pela pesquisadora (2023).

Como municípios circunvizinhos, estão Aroeiras, Umbuzeiro, Barra de Santana, Queimadas e Santa Cecília. Gado Bravo foi emancipado em 29 de abril de 1994, e a primeira eleição ocorreu em 03 de outubro de 1996. Nesse mesmo ano, a população elegeu o seu primeiro prefeito, o Engenheiro Químico, Salomão Lucena de Farias, e a escola foi implantada durante sua gestão.

Em 2000, a escola de surdos do município de Gado Bravo passou a contar com colaboração de professoras da área de Educação de Surdos da UFPB e da EDAC, além da participação de graduandos de Pedagogia, por meio de projetos extensionistas, todos prestando assessoria pedagógica para a criação dessa escola. Essa instituição promoveu cursos de extensão e capacitou os professores que atuavam nas escolas regulares para ministrarem aulas na escola de surdos. No ano de 2022, início desta pesquisa, o município de Gado Bravo dispunha de 33 escolas públicas dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, sendo três escolas situadas na zona urbana, entre elas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Godofredo Joosten, a Escola Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Bilingue para Surdos Padre Edwards Caldas Lins e a Escola Estadual João da Silva Monteiro. Também dispõe ainda de uma creche, localizada na zona urbana. As demais escolas estão situadas na zona rural, atendendo aos alunos da Educação Infantil até o 5º ano do ensino Fundamental. A

partir do 5º ano, os alunos que moram no campo são deslocados, por meio de ônibus escolar, até a sede do município para dar continuidade aos estudos, ingressando no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

Além das escolas mencionadas, o município dispõe do Centro de Aprendizagem Educacional (CAE) desde o ano de 2020, órgão cujo objetivo é ajudar estudantes com dificuldades de aprendizagem. O público-alvo do CAE são crianças e adolescentes em atraso escolar, que tenham dificuldades de aprendizagem e ou transtornos de aprendizagem como exemplo: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Disortografia, Disgrafia e Discalculia. Para isso, conta com uma equipe que envolve Psicopedagogo, Psicóloga, Assistente Social, além de outros profissionais, oferecendo apoio multidisciplinar, para melhorar o ensino e aprendizagem desses alunos.

No contexto em que findamos esta investigação, o município de Gado Bravo-PB contava com duas salas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Godofredo Joosten, atendendo aos alunos com deficiência, matriculados no Fundamental I e II da rede regular de ensino do município. Naquele momento, observamos que o município contava com dois pedagogos para realizarem o atendimento a esses estudantes, o que nos permite dizer que há algumas ações voltadas à inclusão de alunos com deficiência em Gado Bravo.

A despeito disso, ainda é um processo que precisa ser acompanhado por todos nós, pois a inclusão não abrange apenas os contextos escolares que abriga pessoas com deficiência. É necessário que todos estejam atentos às políticas públicas de inclusão e às condições que são disponibilizadas para as pessoas com deficiência – no caso do nosso estudo, os surdos. Conforme Porto (2014, p. 72):

para que a educação possibilite processos includentes para os surdos, é necessário um projeto educacional que contemple as especificidades linguísticas e culturais desses alunos numa sistematização, elaboração e aplicação de propostas verdadeiramente coerentes com sua realidade bilíngue.

A EMSGB se constitui como um espaço educacional de investigação importante para nossa pesquisa, pois, ao reconstruir a sua história, trazemos à tona, a história dessa instituição, que foi implantada por motivos significativos, a partir de uma necessidade local. Com base em Saviani (2021), nos permitimos entender que há necessidades concretas que levam à criação de

uma instituição e que são permanentes, ou seja, as instituições são criadas para continuarem na busca de atingir os objetivos reais de suas ações a fim de atender a suas necessidades.

A criação dessa escola específica para surdos no município se justificou por várias motivos, dentre eles, a constatação de um número considerável de alunos sem escolarização que precisavam de uma escola específica que atendesse a suas carências educacionais e sociais, já que as escolas comuns não o faziam. Sendo assim, a necessidade de criação partiu de

[...] um levantamento inicial realizado por esta Secretaria, que constatou a existência de um número elevado de pessoas surdas no município, cerca de 3% da população, sendo que quase a totalidade não frequentava ou nunca havia frequentado à escola, nem recebera nenhum tipo de atendimento especializado (Gianini; Lima; Porto, 2016, p. 17, sic).

Diante disso, percebemos que a situação educacional das pessoas surdas do município de Gado Bravo era bastante delicada. A grande maioria desses alunos que foi estudar na escola de surdos residia na zona rural do município e era um número elevado, se considerarmos que o número de habitantes na época era de 8.236 habitantes.

Sabendo da situação acima, buscamos informações que nos ajudassem a construir a história da Escola de surdos aqui em destaque. Nessa busca contamos com a ajuda de sujeitos envolvidos no movimento de construção e implantação dessa escola, os quais facilitaram nosso acesso aos relatos das primeiras pessoas que vivenciaram o processo de construção da EMSGB, dos antecedentes à criação dessa escola (1999 a 2002).

Além disso, as fontes documentais nos ajudaram a entender melhor os motivos que levaram o município de Gado a criar uma escola para surdos, no sentido de darem pistas de ser um projeto que vai na contramão da política de inclusão, implantada pelo governo federal desde os anos de 1990. Tratou-se, portanto, de “uma possibilidade de política contra hegemônica ao modelo de educação inclusiva, com a criação de escolas bilíngues para surdos como *locus* da produção linguística, cultural e identitária” (Porto, 2014, p. 13).

1.1.3 “Em busca dos surdos” de Gado Bravo

Para que as pessoas surdas no município de Gado Bravo tivessem acesso a uma educação específica, foi necessário realizar uma busca pelos surdos no município, pois, na época, 1999, poucas pessoas surdas frequentavam a escola comum, e as pessoas não tinham conhecimento desse fenômeno que ultrapassa a questão de saúde física. Além disso, os surdos

não eram conhecidos ou reconhecidos como tais – as pessoas os associavam aos seus familiares quando queriam lhes fazer referência. Isso acontecia pela falta de comunicação, pelo descaso com que eram tratadas essas pessoas e também pelo desconhecimento da Língua de Sinais, tanto pelas pessoas surdas quanto pelas ouvintes.

A falta de informação e de comunicação fez com que os sujeitos surdos de Gado Bravo pouco saíssem de suas casas. Sendo pouco ou não compreendidos, dependiam do acompanhamento de familiares na maioria das ocasiões em que precisavam interagir com outras pessoas, inclusive em consultórios médicos.

Por frequentarem pouco as escolas do município e tendo pouca visibilidade social, foi necessário buscar parcerias, por exemplo, com a Secretaria de Educação e Saúde, para identificar a quantidade precisa de pessoas surdas em Gado Bravo. Essa ação possibilitou que o município tivesse acesso às pessoas surdas, que viviam segregadas pela falta de informação, comunicação e educação. Com esse primeiro investimento e contato social elas teriam a possibilidade de serem identificadas e de terem acesso à educação em uma escola criada especialmente para surdos. O levantamento realizado constatou os quantitativos dispostos no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Número de pessoas surdas no município de Gado Bravo-PB em 2000

LOCALIDADE	QUANTIDADE E IDADE DAS PESSOAS SURDAS
1 Areias (Zona Rural)	14 (entre 03 e 46 anos de idade)
2 Boa Vista de Baixo (Zona Rural)	2 (entre 10 e 14 anos de idade)
3 Boa Vista do Meio (Zona Rural)	7 (09 e 45 anos de idade)
4 Boa Vista de Cima (Zona Rural)	1 (28 anos de idade)
5 Chã de Beleu (Zona Rural)	3 (15, 40 e 45 anos de idade)
6 Campo Alegre (Zona Rural)	2 (20 e 36 anos de idade)
7 Fava de Cheiro (Zona Rural)	3 (02, 22 e 26 anos de idade)
8 Gado Bravo I (Zona Urbana)	5 (entre 17 e 30 anos de idade)
9 Gado Bravo II (Zona Rural)	5 (entre 07 e 54 anos de idade)
10 Gado Bravo III (Zona Rural)	6 (entre 13 e 72 anos de idade)
11 Guaribas de Baixo (Zona Rural)	1 (05 anos de idade)
12 Guaribas do Meio (Zona Rural)	1 (09 anos de idade)

13 Juremas (Zona Rural)	1 (não informado)
14 Lagoa de Cascavel (Zona Rural)	1 (27 anos de idade)
15 Lagoa de Umburana (Zona Rural)	5 (entre 07 e 36 anos de idade)
16 Lameiro (Zona Rural)	4 (entre 26 e 56 anos de idade)
17 Pedras Altas (Zona Rural)	1 (21 anos de idade)
18 Pedra d'Água (Zona Rural)	6 (entre 11 e 41 anos de idade)
19 Pereiro (Zona Rural)	1 (38 anos de idade)
20 Rosilha I (Zona Rural)	1 (14 anos de idade)
21 Salinas I (Zona Rural)	1 (05 anos de idade)
22 Salinas II (Zona Rural)	1 (15 anos de idade)
23 Salinas III (Zona Rural)	1 (58 anos de idade)
24 São Bento (Zona Rural)	4 (entre 04 e 28 anos de idade)
Total: 77 pessoas surdas	

Fonte: Elaborado/Adaptado pela pesquisadora, a partir das informações encontradas no anexo II do Projeto de Extensão Assessoria Pedagógica para a implantação da Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo-PB (Dorziat, 2001).

O Quadro 2 acima informa sobre as localidades onde residiam as pessoas surdas encontradas no município de Gado Bravo-PB, o quantitativo e suas respectivas idades. A grande maioria dos surdos foi encontrada na zona rural – do que se infere um percentual de cerca de 99% – e um pequeno percentual – 1% – na zona urbana, conforme destacado na linha 8 do mesmo Quadro. Das 41 localidades da zona rural, apenas em 18 não havia pessoas surdas. É um número considerável de pessoas surdas em um município pequeno, com pouco mais de 8 mil habitantes. Esse número ainda é bem maior, de acordo com os dados coletados na entrevista realizada com a diretora da escola os quais apresentaremos mais adiante.

Já podemos adiantar que, na entrevista, a diretora mencionou a *Síndrome de Usher*. Sobre essa síndrome, há um estudo de Melo (2013) que foi noticiado no jornal local, o Jornal Correio da Paraíba, em 2012. Na notícia, o referido pesquisador informou que, com base na média mundial, a cada 6 mil pessoas, uma tem a *Síndrome de Usher* e que, em Gado Bravo, a cada 364 habitantes, um tinha essa síndrome. Melo (2013) também orienta que, se houver pessoas na família que tenham perda auditiva e visual, deveriam ir em busca de profissionais, como fonoaudiólogos, por exemplo, para realização de audiometria, e de oftalmologistas para realizar o exame de fundoscopia. Além disso, também sugere que as famílias busquem clínicas ou hospitais que disponibilizem serviços genéticos, para realização de testes moleculares de sequenciamento de gene, para verificar se há alterações. A *Síndrome de Usher* “[...] é uma

doença de herança autossômica recessiva, cujo diagnóstico é definido pela ocorrência concomitante de retinose pigmentar e perda auditiva sensorineural” (Melo, 2013, p. 15). Isso quer dizer que, além da surdez, a pessoa que tem a síndrome, com o passar do tempo, também perde a visão, diminuindo-se sua acuidade visual, principalmente ao entardecer e anoitecer.

1.1.4 Uma escola bilíngue para surdos

A criação, em 2001, de uma escola com a proposta bilíngue para surdos de Gado Bravo-PB representou um marco importante para os sujeitos surdos do município que se encontravam sem escolarização. Embora vários movimentos tenham ocorrido na década de 1990 em defesa da inclusão e tenha sido possível criar uma escola para surdos, isso se deu na contramão das políticas que defendiam a inserção das pessoas surdas nas escolas regulares. Além disso, com a criação dessa escola em Gado Bravo, a proposta educacional bilíngue adotada ainda não tinha sido regulamentada em Lei. Apenas no ano seguinte, em 2002, a Libras foi oficializada no país. Sendo assim, o município de Gado Bravo, ao criar uma escola para surdos, ancorada no modelo bilíngue, como a melhor forma de comunicação entre as pessoas, trouxe novos direcionamentos e possibilidades para os sujeitos surdos do município. Nessa perspectiva

[...] o bilinguismo fornece ao surdo alternativas opcionais válidas, tanto para a representação linguística interna, como para as situações corriqueiras da vida. Ao serem proporcionadas as condições de aquisição da LS como primeira língua, o surdo terá condições de desenvolver todo o seu potencial e, conseqüentemente, também o cognitivo. Através da possibilidade de relações e elaborações cada vez mais complexas, viabilizadas pela primeira língua, será possível aquisição da segunda (a língua majoritária: português, inglês, francês, etc.), na forma escrita, para a maioria, e na oral, para os que optem por isso (Dorziat, 2009, p. 53-54, sic).

A partir do exposto, entendemos que o bilinguismo não deveria estar em segundo plano, pelo contrário, deveria ser considerado como prioridade nas escolas comuns ditas inclusivas.

É importante lembrar que, mesmo com a veiculação da proposta de bilinguismo, poucos alunos surdos frequentavam as escolas do município, pois ainda não havia professores com formação na área de educação de surdos e proficientes na Libras, pois era uma língua pouco conhecida. Além disso, o bilinguismo passou a fazer parte na vida dos sujeitos surdos, apenas com a criação da escola de surdos no município de que aqui tratamos.

Ainda vivemos em uma sociedade em que as pessoas tendem a não aderir a essa forma de comunicação, pois ainda desconhecem, não reconhecem ou não se comunicam com as

pessoas surdas, utilizando a Língua de Sinais (LS). E isso acontece nos mais variados contextos, principalmente nas escolas, que consistem em espaços educacionais que deveriam atender às diversidades culturais e sociais, a partir das diferenças e ou especificidades de seus alunos que vem de ambientes socioculturais os mais variados.

1.1.5 Os sujeitos participantes da pesquisa

Como já mencionamos anteriormente, realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro sujeitos que participaram do processo de implantação da escola de surdos do município de Gado Bravo-PB. Para isso, submetemos a pesquisa ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, sendo aprovada em julho de 2023, permitindo que as entrevistas fossem realizadas conforme autorização registrada no TCLE. Todas as entrevistadas permitiram gentilmente o registro de seus nomes completos em nossa pesquisa.

Contamos com a participação de uma professora da UFPB, que integrou a equipe de assessoria pedagógica no processo de implantação da escola (2000-2002), desenvolvendo projetos de extensão universitária, e contribuiu de forma relevante para a implantação da escola de surdos.

Entrevistamos a primeira diretora dessa escola de surdos que, conforme Gianini, Lima e Porto (2016), havia nascido e vivido por muito tempo em Gado Bravo, ou seja, era uma “filha da terra” (que contribuiu incansavelmente para que os sujeitos surdos do município, fossem visibilizados e passassem a conviver com a comunidade, aprender e ter uma nova perspectiva de vida, com sua inserção na escola). Também entrevistamos uma aluna surda (adulta), que também fez parte do grupo de alunos pioneiros da Instituição. Essa fase da pesquisa contou, ainda, com a presença de uma professora ouvinte que integrou a equipe de professores da escola e participou do curso de formação inicial em educação de surdos, no ano de 2000, organizado e ministrado pelas professoras da UAEd/UFPB, além da participação de professoras da EDAC, na ministração de cursos.

A seguir, trazemos registros de informações acadêmicas e profissionais dos sujeitos que participaram da pesquisa, com base nas informações obtidas nas entrevistas.

- *Eleny Gianini* – Professora aposentada da Unidade Acadêmica de Educação-UAEd, Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tem formação em Fonoaudiologia. Em meados de 2000, junto com outras professoras e alunos de Pedagogia, iniciou o trabalho de assessoria pedagógica, por meio de atividades de extensão, para implantação da escola de surdos no município de Gado

Bravo: a Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo (EMSGB).

- *Maria do Socorro Leal Cabral (Côca)* – Formada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UEPB, tem Especialização na Psicologia da Infância e da Adolescência (Facisa) e na Educação dos Surdos (UFCG). Em 1995, foi trabalhar na EDAC e ficou até 2018. Quando trabalhava na EDAC, em 1999, Antônia de Farias Leite, sua prima, que também integrava o quadro de funcionários da Secretaria de Educação de Gado Bravo, tinha participado de uma reunião e ficou sabendo dessa assessoria para alunos surdos. Voltando dessa reunião, ela falou com Salomão Lucena, que era o prefeito da época, e fez parte de uma formação promovida pela EDAC e das atividades desenvolvidas pela UFPB na área de educação de surdos.
- *Dorgivânia Gomes de Souza Silva* – Graduada em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Campina Grande (2009). Participou do curso de formação em Libras e foi uma das seis professoras selecionadas pela Secretaria de Educação do município para atuar na EMSGB. Atualmente, é professora de Língua Portuguesa da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Godofredo Joosten. Tem Especialização em Linguística, pela Faculdades Integradas de Patos (FIP) e já foi diretora da escola de surdos no período de 2009 a 2012.
- *Gizebel Gomes Barbosa* – É surda, tem 37 anos de idade, mora no Sítio Gado Bravo III. O seu sinal é realizado a partir da configuração da mão em “G” com movimento de cima para baixo do lado do rosto/face. É aluna egressa da EMSGB, que ingressou na escola de surdos em 2001, assim que ela foi implantada. Nessa época, tinha 14 anos de idade, período em que teve o seu primeiro contato com a Libras. Concluiu o ensino fundamental II e, atualmente, não está mais estudando. Não conseguiu fazer o Ensino Médio porque a escola estadual do município não tem intérprete de Libras.

2 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE, POLÍTICA DE INCLUSÃO E ESCOLAS PARA SURDOS: ALGUNS PRESSUPOSTOS

2.1 A abordagem bilíngue de educação para surdos

Na história da educação de surdos, já no século XVI, há registros a respeito das pessoas surdas terem passado por períodos de negação de sua identidade e cultura, sendo submetidas ao oralismo como forma de integrá-las na sociedade. Essas pessoas sofreram durante muito tempo, por não serem aceitas socialmente e por terem sido consideradas vítimas de uma patologia, ou seja, como pessoa com deficiência que

[...] deveria ser “curada” por profissionais, ou pelo menos ter suas características diminuídas. Por ser vista como um fenômeno negativo, as pessoas tentam removê-la de várias formas e os procedimentos e tratamentos médicos são apenas uma parte delas. Os médicos e/ou outros profissionais veem o surdo como alguém indesejado, anormal que precisa ser mudado, “curado” (Slomski, 2010, p. 31, sic).

Por esse motivo, essas pessoas foram submetidas a treinamentos auditivos com o objetivo de recuperar sua audição. Elas sofreram duplamente os preconceitos sociais, sendo vistas como *deficientes*, incapazes, por não se moldarem às exigências da macro sociedade. Passaram por momentos de negação e preconceitos, por serem comparadas aos ouvintes, necessitando de cura, para estarem aptas e serem inseridas na sociedade.

Foi no Congresso de Milão, na Itália, ocorrido em 1880, que o Oralismo foi oficializado como método hegemônico, substituindo a Língua de Sinais pela língua oral nacional, impedindo que as pessoas surdas tivessem acesso a uma educação digna. Esse Congresso resultou em diversas consequências negativas, como a:

[...] demissão dos professores surdos e a sua eliminação como educadores. Era uma forma de impedir que eles pudessem ter qualquer tipo de força e de poderem se organizar para qualquer tipo de manifestação ou proposta que fosse contra o oralismo (Moura, 2000, p. 48).

Esse modelo gerou mais de um século de fracasso/exclusão escolar dos aprendizes surdos – que, na sua maioria esmagadora, não alcançou níveis mais complexos de escolaridade, antes foi condenada a viver sem o acesso à língua da comunidade majoritária (nem na

modalidade escrita, nem na oral) e até mesmo sem o acesso à LS (Sá, 1999; Moura, 2000; Slomski, 2010).

É importante destacar que, apesar da imposição da língua oral como única e mais importante, pela ideologia dominante, a Língua de Sinais continuava sendo utilizada pelos surdos em suas interações, nos grupos sociais dos quais participavam, representando um movimento de resistência contra a hegemonia ouvinte.

Passados mais de cem anos de submissão ao oralismo, ou seja, desde o Congresso de Milão, em 1880, até os anos 1980,

estudiosos de diversas áreas científicas começaram a conceber que o problema não estava nos surdos, em seus professores ou seus familiares, mas na concepção de sujeito que norteou os processos de ensino-aprendizagem para eles propostos. Assim, propugnando uma nova visão de surdos e de sua educação [...] surge a Comunicação Total (CT), filosofia que incorpora as formas de comunicação auditivas, manuais e orais apropriadas para assegurar uma comunicação efetiva com as pessoas surdas (Gianini; Lima; Porto, 2014, p. 169).

Nesse contexto, surgiram discussões sobre as limitações⁶ da utilização de sinais na metodologia da CT que contribuíram para um novo panorama para a Educação de Surdos, representada pela filosofia educacional bilíngue, propondo um novo olhar sobre a surdez, tendo como lastro o resgate da língua de sinais como Primeira Língua das pessoas surdas.

A cisão entre os gestualistas e oralistas na educação de surdos perdura até os dias de hoje, sendo representadas por duas concepções antagônicas que traduzem visões distintas de surdez da pessoa surda, de sua educação e inserção social (Gianini; Lima; Porto, 2014; Slomski, 2010): a clínico-terapêutica, que se baseia numa visão patológica da surdez, tendo como referencial o oralismo e o aprendizado apenas da Língua Portuguesa em sua modalidade oral e escrita na escola; e a concepção sociocultural, que traduz um modelo social de atendimento a diversidade, tem uma visão de minoria sociolinguística e cultural de surdez e como referência o bilinguismo.

Slomski (2010, p. 41) define o bilinguismo como

⁶ Como limitação, destaca-se o fato de a centralidade do processo educacional continuar a ser a compreensão e o desenvolvimento de língua oral nacional, além da absorção de aspectos que surgiam, como novidade e inovação, ter sido rapidamente, absorvido pela concepção do Oralismo subjacente e disfarçado (Gianini; Lima; Porto, 2014, sic).

[...] uma filosofia de ensino, cujo discurso propõe a diversidade cultural e a aceitação social do surdo por meio do bilinguismo (duas línguas, Língua de Sinais e segunda língua). Essa filosofia concebe o surdo como um ser diferente e a surdez como “atributo humano” como uma característica da pessoa surda [...] (Slomski, 2010, p. 41, sic).

A partir do bilinguismo, o sujeito surdo pôde utilizar a língua de sinais e fazer parte de uma comunidade que valorizava a língua por considerar a sua subjetividade, como sua identidade e trajetória cultural. Segundo Moura (2000, p. 67, sic):

Obviamente os surdos não são todos iguais, como numa sociedade de ouvintes estes também não são. Desta forma, os comportamentos sociais, a cultura introjetada pelos surdos e a sua localização na sociedade também são diferentes. [...] A reivindicação era no sentido de que a cultura do surdo pudesse ser respeitada e de que os próprios surdos tivessem um papel na educação e seus pares, que poderiam, assim, ter acesso a toda a gama de conhecimentos e de vivências, permitindo, que eles pudessem se respeitar enquanto indivíduos diferentes, mas íntegros nesta diferença. Se esta cultura pode ser percebida como diferente, ela pode ser apreciada por outro ângulo, e estes conhecimentos serem poderosos auxiliares na educação de crianças surdas e na construção de suas identidades.

A comunidade surda, portanto, é resultado das interações existentes entre as pessoas surdas, que mesmo tendo a língua em comum, têm suas próprias identidades, vivem em diferentes contextos sociais, mas compartilham saberes e têm interesses em comum, que resultam no fortalecimento dessa comunidade, que se unem e buscam melhorias para sua educação. A educação bilíngue também se configura bicultural, pois valorizam-se as culturas vindas das duas línguas e culturas. Segundo Slomski (2010, p. 56-57):

[...] as pessoas surdas podem ser consideradas biculturais quando são capazes de interagir tanto numa comunidade de surdos, quanto numa comunidade de ouvintes. [...] O fato de os surdos poderem viver em duas comunidades distintas e terem que se comunicar com ambas, caracteriza uma situação bilíngue de comunicação.

Neste sentido, as escolas de surdos bilíngues se constituem também como espaços culturais, pois, nessa mesma instituição, as pessoas surdas aprendem, convivem umas com as outras e compartilham a mesma língua. Com isso, percebemos a importância da educação bilíngue, que, diferentemente do oralismo, considera as peculiaridades do sujeito surdo. Essa proposta educacional vem possibilitando mudar a realidade de pessoas surdas e ajudando-as a

conviverem mais com seus iguais, tendo a língua de sinais em comum nas interações. As escolas começaram a contar com professores que dominassem a LS, para que o aluno surdo tivesse acesso primeiramente a essa língua, que é considerada sua língua natural,

Entende-se que a língua natural se fundamenta na ideia de que a Língua de Sinais é a língua natural do surdo, uma vez que é igual a qualquer outra língua do país, é própria da comunidade de surdos que a utiliza. Deve ser adquirida em primeiro lugar e a partir dela serem feitas as demais aquisições linguísticas. É uma língua que pode ser adquirida de maneira natural e até mesmo inconsciente (Slomski, 2010, p. 49, sic).

Dessa maneira, a língua de sinais é considerada a primeira língua do surdo e deveria fazer parte de sua realidade desde os primeiros anos de vida, não devendo ser considerada uma barreira na comunicação com seus familiares, se já dominassem a LS. Ou seja, ao nascer, seria importante e necessário, para a criança surda filha de pais ouvintes, a comunicação pela LS. Desse modo, não teriam dificuldades na interação social e não teriam que aprender essa língua fora de seu contexto familiar, cabendo à escola tão somente ensinar conteúdos, visando ao seu desenvolvimento cognitivo,

É a escola que deve propiciar o ambiente linguístico favorável à aquisição dos conhecimentos sobre o mundo e ao estabelecimento de sua identificação com o grupo cultural, daí o peso enorme que o ambiente escolar tem na vida de uma criança surda, principalmente se esta não tem tal possibilidade na família (Sá, 1999, p. 163).

Slomski (2010) afirma que cerca de 95% das crianças surdas têm pais ouvintes. A partir desse dado, seria importante que, assim como as crianças surdas precisariam aprender a LS para se comunicar, seus pais também deveriam aprender essa língua para facilitar e melhorar a comunicação. Da mesma forma, a escola deveria estar preparada para receber o aluno surdo, com professores que dominassem a LS. A realidade, porém, é outra, pois a criança surda, muitas vezes, sai de seu contexto familiar, sem domínio de sua língua natural, vai para a escola em uma idade avançada e dificilmente encontra uma educação bilíngue.

2.2 Educação bilíngue de surdos no contexto da política de educação inclusiva: a resistência das escolas bilíngues

A posição oficial, favorável à inclusão, se sustenta nos documentos internacionais e nacionais para implementar a política de educação inclusiva. No âmbito mundial, o movimento em prol dessa política foi deliberado em conferências, dentre elas a Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990. Essa Conferência, que destacou a necessidade de se adotarem medidas enérgicas para prover educação para todos, sem distinção de qualquer espécie, contou com a participação de 155 países de todo o mundo, além de agências internacionais e organismos não governamentais.

Os governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se a assegurar educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. No ano de 1994, em Salamanca, Espanha, esse compromisso foi reafirmado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Nessa Conferência, foram discutidos termos como acesso e qualidade e reconhecida a necessidade e a urgência de se adotar, como uma questão legal e de política, o princípio da educação inclusiva, o que significava, basicamente, a admissão de todas as crianças nas escolas regulares.

Particularmente, em relação à educação das pessoas surdas e surdas/cegas, ficou estabelecido no referido documento que:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares (Salamanca, 1994, p. 7).

O Brasil, enquanto signatário dessas Conferências, comprometeu-se a não medir esforços no sentido de assegurar uma política de educação inclusiva apontada em um conjunto de documentos legais, entre os quais estão: a Constituição Federal (1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008); o Plano Nacional de Educação (PNE-2014); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI-2015); entre outros.

É importante considerarmos, nesse contexto, algumas discussões recorrentes de estudiosos do campo acadêmico (Souza; Goés, 1999; Laplane, 2004; Dorziat, 2009; Soares; Lacerda, 2013; Lima, 2012), acerca da realidade de implementação da política de educação

inclusiva no Brasil, chamando a atenção para o fato de que elas têm provocado interpretações e práticas diferenciadas em diversas localidades. Existe, também, um descompasso considerável entre a realidade da inclusão e o discurso oficial existente sobre o assunto. Um deles diz respeito às condições da escola pública, assumida como veículo de inclusão e ascensão social.

As autoras Souza e Góes (1999) evidenciam a necessidade de se entenderem e se acompanharem as discussões e discursos sobre a escola pública brasileira, no contexto de iniciativas que tornam o ensino regular público aberto aos que são nomeados, nos discursos oficiais e oficiosos, pessoas com deficiência. Para essas autoras: “A ideia de escola para todos começa a ser concretizada com a abertura de suas portas para receber os excluídos, mantendo-se, porém, em essência, as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam supostamente incluídos” (1999, p. 146).

Outro aspecto é ressaltado por Dorziat (2009), ao afirmar que a adesão do Brasil à Declaração de Salamanca e ao texto de outras conferências mundiais se deu numa perspectiva de compromisso internacional junto a organismos diversos, como a Organização das Nações Unidas (ONU); Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência (Unesco); Banco Mundial (BM), que trazem como “preocupação maior a necessidade de se melhorar os indicadores nacionais da Educação Básica, priorizando os aspectos quantitativos do acesso” (2009, p. 66, sic).

No tocante à educação das pessoas surdas, Thoma (2016) chama a atenção para implicações práticas da inclusão:

[...] sabe-se que a educação dos surdos, como parte integrante da educação geral, deve seguir os mesmos princípios e fins. Mas, na prática, isso nem sempre ocorre, pois muito além das políticas educacionais estão as subjetividades que conduzem a sua aplicabilidade. Em tais políticas não são considerados os interesses dos principais envolvidos: dos professores, das famílias e dos próprios alunos surdos. Em geral, elas são sustentadas por ideologias carregadas da necessidade de fortalecimento da condição de normalidade dos que ouvem e falam (p. 125).

É possível perceber que, por não se compreenderem o sujeito surdo e sua educação, as políticas públicas para as pessoas com deficiência e profissionais envolvidos, se parte do pressuposto de que a iniciativa de inserção dos surdos nas salas de aula regulares com a presença de um profissional intérprete em Libras tem sido comum e satisfatória, em detrimento do

previsto nos documentos oficiais de ensino exclusivo para surdos, seja em classes especiais ou escolas especiais.

Conforme mencionamos, por meio da abordagem educacional bilíngue, as pessoas surdas tiveram o direito de ter a Libras como sua primeira língua, considerada sua língua natural (Slomski, 2010; Goldfeld, 2002).

No Brasil, a Língua de Sinais se constitui como a primeira língua do surdo, e a Língua Portuguesa como a segunda língua, como é garantido na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em cujo art. 1º diz: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. (Brasil, 2002). A partir desse momento, a Libras passa a ser reconhecida em todo o território nacional, sendo regulamentada pelo Decreto 5.626/2005.

Com esse Decreto, conforme preveem os capítulos II e III, a Libras começou a ser incluída como disciplina curricular no Ensino Superior. Os profissionais do magistério passaram a ter direito a essa formação, assim como o instrutor de Libras⁷, tradutor e intérpretes, para ajudarem na comunicação e na educação das pessoas surdas. Para garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Decreto estabelece, em seu capítulo VI, artigo 22, que as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I – **escolas e classes de educação bilíngue**, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II – **escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino**, abertas a surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (Brasil, 2005, grifos nossos).

Essa legislação reforça o direito à educação bilíngue, prevendo a sua oferta tanto em uma escola específica, quanto em uma escola comum regular, que respeitem a singularidade linguística dos alunos surdos.

⁷ Art. 7º – Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis: II – instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação; o Instrutor de Libras é aquele capacitado por instituições reconhecidas pelo sistema governamental para atuar com alunos surdos e professores ouvintes em contextos escolares de nível básico.

Diante das questões ora expostas, vemos que, embora toda conquista assegurada em arcabouço legal, ainda é um desafio para as pessoas surdas terem acesso a uma escola que considere a educação bilíngue como uma política e direito linguístico dos surdos. As condições para sua efetivação têm sido historicamente fruto de lutas e conquistas políticas do movimento surdo nacional, liderado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) e militância dos Movimentos Surdos no Brasil.

Destacamos como expressões desse movimento o documento *A Educação que Nós Surdos Queremos*⁸, redigido no Pré-Congresso que antecedeu o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue no ano de 1999, em Porto Alegre. Vale também destacar o *Movimento Setembro Azul*, evento nacional em defesa das Escolas Bilíngues para surdos, que recebeu esse nome por ser o mês em que se comemora o dia do surdo (26 de setembro). Essas lutas se iniciaram em setembro de 2009 e foram intensificadas ao longo dos anos, com a ameaça de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), instituição federal, localizada no Rio de Janeiro, criado por Dom Pedro II em 1857, considerado um patrimônio histórico e cultural da comunidade surda brasileira (Silva; Assênsio, 2011; Gianini, 2012).

Esse movimento Setembro Azul desencadeou mobilizações da comunidade surda em defesa da inclusão do direito pela educação bilíngue, da cultura e da identidade surda. Sua primeira versão aconteceu em 2011, quando da luta pelo não fechamento do INES e discussões para a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), nos anos de 2011 e 2012. Nos diversos estados brasileiros, foram realizados seminários, palestras, apresentações teatrais, passeatas, audiências públicas, exposições, festas etc. Houve empenho “na luta pelas escolas bilíngues para surdos com qualidade, a fim de respeitar o desenvolvimento linguístico adequado e ambiente linguístico aos alunos surdos” (Dall’Alba, 2022, p. 205, sic).

Na Paraíba, temos registros de ações de mobilizações que foram realizadas no *Setembro Azul* com a presença de professores surdos e ouvintes, alunos surdos e familiares, profissionais da educação de surdos, de escolas de surdos do interior paraibano, como Campina Grande, Aroeiras, Gado Bravo e Sumé, Associações de Surdos. A esse respeito, a Revista Feneis (2011/2012) trouxe uma reportagem⁹ intitulada “Resistência Bilíngue no Semiárido Paraibano”, em que a EDAC foi mencionada como símbolo de resistência bilíngue:

A EDAC (Escola de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima) pode ser considerada o símbolo da resistência bilíngue. A escola, que fica em Campina

⁸ O documento, composto por 147 artigos, teve como objetivo principal o fim da política de inclusão/integração, enfatizando a urgência de criação de escolas bilíngues para surdos (Dall’Alba, 2022).

⁹ A reportagem na íntegra está no Anexo 2 desta Dissertação.

Grande, semiárido da Paraíba, recebeu em 2011 o comunicado de que deixaria de ser uma escola para ser transformada em espaço de atendimento educacional especializado para surdos. A forte mobilização dos surdos, principalmente com o Setembro Azul, fez autoridades recuarem (Revista da Feneis, dez 2011; Fev 2012, p. 18, sic).

As demais escolas de surdos na Paraíba também foram mencionadas, inclusive com o anúncio da criação de uma escola bilíngue de surdos em Sumé. Essa reportagem também trouxe excertos da entrevista com a professora Eleny Gianini da área da educação de surdos da UFCG, que teve participação importante na assessoria pedagógica de criação das escolas de surdos na Paraíba. Vejamos a fala da professora diante da ameaça de fechamento das escolas de surdos, em particular a EDAC:

A manutenção da EDAC é muito mais um movimento de resistência do que de grandes avanços. Não é fácil implantar um modelo bilíngue, mudar a representação que se tem da surdez e introduzir a perspectiva cultural, mas acredito que o decreto da Dilma vai ajudar bastante (Revista da Feneis, dez. 2011; fev. 2012, p. 18).

Como discorreremos mais adiante, a EDAC foi a primeira escola de surdos de Campina Grande, criada no ano de 1983, pela UFPB, para servir como campo de estágio da Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação. Conforme ressaltou Gianini na passagem de sua entrevista publicada pela Feneis e acima transcrita, é uma instituição que vem resistindo enquanto espaço de educação bilíngue para surdos do município e cidades circunvizinhas, até os dias atuais.

Nesse movimento nacional, também destacamos a *Carta Aberta dos Doutores Surdos ao Ministro Mercadante* (2012) que foi escrita com o objetivo de reivindicar os direitos das pessoas surdas, reforçando o direito à educação bilíngue e pela continuidade de escolas específicas para surdos. Nessa carta, sete doutores surdos dizem não concordar com o fato de “que a escola regular inclusiva seja o único e nem o melhor espaço onde todas essas crianças e jovens conseguem aprender com qualidade” (Carta Aberta, 2012, p.1).

Os autores da carta nos entender que, portanto, as escolas que poderiam promover a inclusão dos alunos surdos são as escolas bilíngues. Desmentem a ideia de que as escolas bilíngues se constituíam como espaços segregadores e convidam o Ministro para conhecê-las. Além disso, reivindicaram que as escolas bilíngues fossem asseguradas no Plano Nacional de Educação (PNE/2004-2024). Além disso, solicitaram o esclarecimento para a sociedade de que a escola bilíngue é uma instituição inclusiva e não segregadora. Com isso, houve reivindicações

que visavam garantir a permanência das escolas bilíngues, pois estavam possibilitando que as pessoas surdas pudessem ter direito à Libras como primeira língua e à Língua Portuguesa por escrito, como segunda.

Sendo assim, a escola de surdos se constitui como um espaço educacional, do qual as pessoas surdas participam e nos quais se integram, compartilhando basicamente os mesmos objetivos, entre eles, a Libras. Esse espaço das escolas bilíngues certamente propicia inúmeras contribuições para a comunidade surda no Brasil, entre elas

[...] seu desenvolvimento escolar, social e psicológico. O ensino em LIBRAS garante ao aluno surdo seu aprendizado, respeito a sua cultura e a desenvoltura de suas habilidades. Promove ainda o respeito à essa comunidade, motivada por um conhecimento aprofundado de sua língua, a qual é a forma de expressão de seus usuários. É através dela que se consegue expor seu ponto de vista, pensamentos, conhecimentos e habilidades. Por isso a insistência dos surdos por escolas bilíngues (Moura; Freire; Felix, 2017, p. 1290-1291, sic).

Após as reivindicações ao Ministro constantes da carta, o novo PNE apresentou 20 metas que deveriam ser atingidas, num período de 10 anos (de 2014 a 2024). A meta 4 é referente à universalização do ensino básico e ao atendimento educacional especializado voltado para as pessoas com deficiência, altas habilidades ou superdotação, para que tenham direito a salas de recursos multifuncionais, assim como escolas e outros espaços que atendam às suas especificidades, conforme se lê a seguir.

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014).

A partir dessa meta, podemos entender que as crianças a partir dos 4 anos de idade já têm direito ao acesso à escola, assim como o de ter profissionais especializados em instituições específicas. Mesmo assim determinado, ainda são necessárias muitas ações e compromissos para que essa meta e as demais sejam realmente alcançadas. Essa meta 4 apresenta 15 estratégias. A estratégia do item 4.7 visa assegurar a educação bilíngue para surdos, como se expressa na transcrição a seguir:

[...] garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa

como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos [...] (Brasil, 2014, sic).

Algumas das reivindicações da carta escrita pelos doutores surdos foram atendidas, pois as pessoas surdas podem continuar estudando em escolas específicas que consideram apropriadas, por serem bilíngues e que respeitam sua cultura. Como afirma Porto (2014, p. 145, sic) “uma escola específica para surdos é o *locus* da resistência aos discursos e práticas instituídos, pois nela será possível um espaço-tempo no qual, como maioria, os saberes dos surdos possam ser redescobertos”.

Embora se reconhecendo o direito a esse espaço educacional, a educação das pessoas surdas também pode acontecer em escolas inclusivas, e essa ação compromete o acesso e permanência às escolas bilíngues. Por isso, é possível entender que ainda são inúmeros os desafios encontrados pelas pessoas surdas. Além de terem passado por momentos difíceis, como preconceitos, negação da LS, com esses movimentos de inclusão vêm enfrentando mais desafios e reivindicando seus direitos por uma educação que realmente tenha sentido para elas.

Mesmo que as escolas sejam bilíngues, é importante que os professores participem de formações, para promover uma educação de qualidade para as pessoas surdas. Por isso, “[...] estudar e aprofundar os conhecimentos sobre a LS é fundamental para os profissionais que atuam com os estudantes surdos, mesmo que demande tempo e dedicação” (Dorziat, 2009, p. 52). Os professores devem, portanto, estar atentos e sempre priorizando a Libras como primeira língua do surdo, para que eles sejam respeitados enquanto sujeitos culturais. Sobre isso, a estratégia 4.13 do PNE (2014-2024) prevê apoio ao provimento de profissionais para que essa proposta educacional bilíngue se efetive. Assim se configura essa estratégia:

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues (Brasil, 2014, p. 58).

Nessa perspectiva, entendemos que a luta da Comunidade Surda brasileira em defesa das escolas bilíngues é assaz importante, porque elas devem assegurar os direitos linguísticos,

educacionais e culturais aos alunos surdos, profissionais surdos e ouvintes com formação, para atuarem no processo de ensino-aprendizagem das pessoas surdas. Concordamos com as palavras de Gianini (2012, p. 192) quando afirma que:

Os surdos desejam escolas públicas, gratuitas e de qualidade, que utilizem a Libras como primeira língua (L1) e língua de instrução [...] A verdadeira inclusão das pessoas surdas na sociedade inicia-se no respeito à sua diferença linguística e cultural. Defendem a liberdade de expressão dos surdos e seu direito de escolha, respaldados nos direitos humanos e linguísticos.

Desse modo, as escolas bilíngues são conquistas pertinentes, necessárias e condizentes com a educação das pessoas surdas, logo devem ser um espaço educacional de resistência aos discursos e práticas do modelo “ouvintista”¹⁰. Por isso, concordamos com as palavras de Porto (2014, p. 84, sic) quando disse que “é possível agir, contra-hegemonicamente, ao projeto de educação inclusiva, adotado pelo MEC, seguindo as orientações conceituais do movimento por escolas bilíngues”.

A defesa por uma escola bilíngue não é uma luta sem sentido para o surdo, mas, sim, uma forma de mostrar aos ouvintes que não podem mudar a realidade de pessoas sem consultá-las – por isso, o lema: *Nada sobre nós, sem nós!* Além disso, o modo de tratar ou igualar os surdos como sujeitos únicos não é ideal e não representa a pessoa surda enquanto sujeito social e cultural que possui a Língua de Sinais como primeira língua e cultura singular para instrução, comunicação e inclusão na macro sociedade.

2.3 Escolas de surdos no interior paraibano: histórias que se entrelaçam

A trajetória histórica da educação das pessoas surdas na Paraíba está atrelada à criação de escolas para surdos nos municípios de Campina Grande, Gado Bravo, Aroeiras e Sumé. Vejamos os nomes das instituições criadas nos municípios mencionados: a *Escola de Audiocomunicação de Campina Grande*¹¹ (EDAC), *Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo* (EMSGB), *Escola Municipal de Educação Especial de Aroeiras* (EMEEA) e a *Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos Nossa Senhora da Conceição* (UMEIEFBS), em Sumé.

¹⁰ Conforme Skliar (1999): O termo “ouvintista” supõe representações, práticas de significação, dispositivos pedagógicos, entre outros, em que os surdos são vistos como sujeitos inferiores, primitivos e incompletos.

¹¹ Em 2019, essa instituição foi transformada em Escola Cidadã Integral de Áudio Comunicação (ECIAC) de Campina Grande-PB.

Segundo Gianini, Lima e Porto (2016), a criação das escolas para surdos nesses municípios e as mudanças ocorridas na educação foram impulsionadas, em grande parte, por professoras e alunas estagiárias da habilitação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atual UFCG. A criação da habilitação de formação de professores para surdos (Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação), em 1979, gerou a necessidade de campo de estágio, pesquisa e extensão nesta área educacional. Essas escolas têm uma ligação muito estreita entre elas. Foram sendo criadas uma após a outra, beneficiando-se dos aportes da experiência conduzida nas escolas existentes, e do avanço na concepção de surdez no marco do bilinguismo. (Gianini; Lima; Porto, 2016, p. 171, sic).

2.3.1 EDAC: a pioneira (1984)

A *Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande* (EDAC) é uma instituição pública estadual, fundada em março de 1983 por um grupo de professoras e de alunas estagiárias da Habilitação em Educação dos Deficientes da Audiocomunicação do curso de Pedagogia. Sua oficialização se deu no Decreto Estadual nº 10.288, de 16 de julho de 1984 e, posteriormente, firmou-se convênio¹² de parceria entre a Secretaria de Educação do Estado, a Secretaria de Educação do Município de Campina Grande e a UFPB, atualmente UFCG, para sua manutenção (Gianini, 2012; Gianini; Lima; Porto, 2016).

Até o final dos anos 1990, a EDAC desenvolveu suas atividades apoiada na abordagem oralista, utilizada no Brasil. O fracasso escolar e as dificuldades de integração dos alunos, além do conhecimento de novas abordagens de trabalho para este alunado, no entanto, “levaram a equipe docente da EDAC e os professores e pesquisadores da UFPB a refletirem sobre a abordagem educacional assumida até então” (Gianini; Lima; Porto, 2016, p. 173).

A partir de 1991, apoiada nas ideias da Comunicação Total, a EDAC adotou o português sinalizado (bimodalismo) como recurso no processo de ensino e aprendizagem e trouxe alguns avanços, principalmente em termos comunicativos. Do ponto de vista da aprendizagem, em particular relacionada ao português como segunda língua (L2), artificializou, porém, o processo de comunicação, reduzindo a Língua de Sinais a mais um recurso para apoiar o ensino da língua oral.

Em 1995, referenciada nos estudos sobre a educação bilíngue (Behares, 1990; Sánchez, 1991), a EDAC reformulou sua concepção de ver o surdo e sua metodologia de

¹² Para maiores informações sobre esse aspecto da história da EDAC, ver Gianini (2012).

trabalho, assumindo o bilinguismo bicultural em seu Projeto Pedagógico. Para contemplar essa nova concepção, as professoras da UFPB e da EDAC buscaram implantar

[...] um ensino regular, como o oferecido a alunos ouvintes, com bases pedagógicas e não mais uma educação especial, pautada em princípios clínico-terapêuticos. Um ensino regular, porém bilíngue [...] na qual a língua das interações sociais e educacionais é a Libras, considerada a primeira língua (L1) para os surdos do Brasil, e a Língua Portuguesa, entendida como segunda língua (L2), priorizado o ensino de sua modalidade escrita (Gianini; Lima; Porto, 2016, p. 175-176).

A EDAC também atuou conjuntamente com a comunidade surda e, dentre as ações, destaca-se o apoio à criação da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG), no sentido da organização social da comunidade surda local. Ademais, concebendo a escola específica para surdos como a opção mais adequada para a sua educação, foi implantada, em 2000, na Escola, o Ensino Fundamental e, em 2004, o Ensino Médio.

Essa trajetória de uma educação bilíngue, iniciada em 1995, pelas professoras da área de educação e surdos da UFPB, junto com os segmentos da EDAC, passou por processos de transformações, levando a mudanças no seu projeto político pedagógico. A partir de 2019, seguindo a tendência de ampliação das escolas em tempo integral, na Rede Estadual de Ensino da Paraíba, em curso desde 2016, a escola de surdos passou a integrar o Programa das Escolas Cidadãs Integrais e foi denominada Escola Cidadã Integral de Audiocomunicação de Campina Grande Demóstenes Cunha Lima (ECIAC), como mencionamos anteriormente

2.3.2 EMEEA de Aroeiras (2006)

A partir da criação da Escola Municipal para Surdos de Gado Bravo, a Secretaria de Educação de Aroeiras, município vizinho de Gado Bravo, reconhecendo o trabalho realizado com surdos em seu município, também solicitou assessoria pedagógica às professoras da área de Educação de surdos da UFPB, para a implantação de uma escola para surdos em sua região. No ano de 2006, foi inaugurada a *Escola Municipal de Educação Especial de Aroeiras* (EMEEA), começando também a levar novas perspectivas as pessoas surdas do seu município que, assim como Gado Bravo, também não estudavam nas escolas regulares de que o município dispunha – antes da implementação da EMEEA, esses sujeitos viviam em casa, em situação de segregação, por não compartilharem dos mesmos contextos que as outras pessoas, além de não terem acesso à Libras.

Aos poucos, algumas pessoas surdas do município de Aroeiras foram ganhando visibilidade, começando a participar dos contextos sociais, podendo sair de suas casas e se comunicarem. Além disso, a proposta educacional bilíngue que as escolas adotaram foi essencial para a aprendizagem da Libras

Promover uma proposta educacional que rompe com esses estigmas da sociedade ouvinte, que não compreende ou não aceita que o sujeito surdo tem o direito de aprender e viver como quiser, mudou a realidade de algumas pessoas surdas da Paraíba. Isso se deu com a criação de escolas específicas, porque não se trata de escolas comuns. Nas escolas para surdos há professores com conhecimento sobre a educação das pessoas surdas e da Libras, que participaram de formações e que estão habilitados a promover as mudanças de que as pessoas surdas estavam necessitando.

2.3.3 Escola Bilíngue de Surdos de Sumé: a UMEIEF (2011)

No ano de 2011, outro município, localizado no cariri paraibano, deu início à criação da *Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos Nossa Senhora da Conceição (UMEIEF)*¹³, em Sumé/PB, que foi inaugurada apenas no ano seguinte, em 2012, sendo a sua criação sancionada pela Lei nº 1.052, de 30 de março de 2012.

Para a criação dessa nova instituição, o município de Sumé contou com a participação de uma das professoras integrantes da assessoria pedagógica da UFCG, Campus Campina Grande e Sumé, que colaborou com a criação da EMSGB e EMEEA. A UMEIEF constituiu-se como um acontecimento histórico no Brasil, “considerada a primeira escola bilíngue do Brasil pelo Movimento Nacional em Defesa de Escola Bilíngue para Surdos” (Revista da Feneis, dez. 2011 fev. 2012, p. 184).

A tese de Porto (2014), que buscou investigar o processo de implantação da escola bilíngue para surdos em Sumé, no Cariri paraibano, ressalta que essa escola foi

Criada como possibilidade contra-hegemônica ao modelo de educação inclusiva, a escola bilíngue foi implantada em uma conjuntura de luta do movimento surdo nacional, que peleja por uma política educacional capaz de considerar a diferença linguística como condição para uma vida escolar que atenda ao modo visual de ser dos surdos (p. 146).

¹³ Para maiores informações, indicamos a tese de Porto (2014). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4856>

Nesse processo, ocorreram várias ações simultâneas que seriam fundamentais para a implantação da escola e que foram negociadas com a Secretaria de Educação Municipal. Para tanto, foi primordial a parceria firmada entre a UFCG e a Prefeitura de Sumé.

Antes da implantação dessa escola bilíngue em Sumé, cerca de 30 professores participaram de cursos de formação, contando com dois professores de outro município, Monteiro. O acesso aos estudos relacionados à educação de surdos, na formação continuada, foi fundamental para esses professores, pois, ao reconhecerem a Língua de Sinais como indispensável para a educação dos alunos surdos, redimensionam suas concepções e práticas pedagógicas.

Famílias dos estudantes surdos também foram mobilizadas pelos profissionais da escola e pelas professoras da UFCG, estimulados a levarem seus filhos surdos às escolas para resguardarem o direito à educação. Essa ação ocorreu mediante “o mapeamento dos surdos do município, como também a produção de dados iniciais acerca de suas condições sociais, educacionais e linguísticas” (Porto, 2014, p. 78), realizados por agentes de saúde e, também, além de uma ação conjunta com as Secretarias de Educação e Saúde do município e assessoria pedagógica do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), *Campus* Sumé da UFCG. Após esse levantamento, foi constatado que, no município de Sumé, havia 20 pessoas surdas, entre 21 e 60 anos de idade.

A partir da criação dessa escola, surdos residentes no município de Sumé passaram a frequentar de forma efetiva a escola, estando em um ambiente propício que atendessem as suas especificidades educacionais, como o ensino da Libras como primeira língua e o fomento à construção da comunidade surda local, em que as pessoas surdas passaram a existir enquanto sujeitos sociais de direito linguístico.

Os recortes históricos da trajetória de criação e implantação dessas escolas bilíngues, feitos com base em estudos da área, apontam que essas escolas foram alavancadas por ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas professoras da UFCG em parceria com Secretarias de Educação municipais (atuação direta do poder público local), sujeitos da comunidade (surdos e ouvintes) e outros colaboradores.

Essa retrospectiva histórica é expressa na relação dessas quatro instituições, como evidenciam Gianini, Lima e Porto (2016, p. 185): “[...] elas se constituem espaços sociais bilíngues de suma importância para o desenvolvimento das pessoas enquanto sujeitos surdos e da constituição da comunidade surda, enquanto grupo social de minoria linguística e cultural”.

Particularmente, em relação à UMEIEF de Sumé, aguçou-nos a curiosidade sobre a continuidade do trabalho da escola bilíngue no Cariri paraibano e da realidade social,

linguística, educacional dos surdos e da comunidade surda local, após a sua implantação. Como disse Porto (2014, p. 149), “[...] mesmo quando a transformação local acontece, sua efetivação e ampliação dependem da construção de uma política linguística nacional [...] e dependerá de como essa instituição será assumida politicamente pela gestão municipal”. Neste sentido, é importante que a gestão pública esteja disposta a propiciar as mudanças necessárias em prol da educação das pessoas surdas.

3 ESCOLA DE SURDOS DE GADO BRAVO: PERCURSOS TRILHADOS PARA A SUA IMPLANTAÇÃO (1999-2002)

3.1 Primeiras iniciativas do município

Para conhecer os percursos que foram trilhados para a implantação da escola de surdo no município de Gado Bravo-PB, nos reportamos ao relato da entrevista de Maria do Socorro Leal Cabral, conhecida como “Côca”. Ao falar de como se deu sua chegada até a escola, trouxe à tona conversas com sua prima – que trabalhava na Secretaria de Educação de Gado Bravo – e com Salomão Lucena de Farias – prefeito na época e também seu primo –, sobre as possibilidades, demandas e o convite à referida professora para dar andamento às primeiras ações com vistas à educação das pessoas surdas no município. Vejamos seu relato¹⁴:

Minha prima [Antônia] disse que aqui no município existia alguns alunos que estavam tendo repetência e essa questão de repetência não traz um bom tom para a educação, vai manchando o nome. Então, quando eles foram ver essa questão de repetência de alguns alunos, eles eram surdos. [...]. As professoras não sabiam o que fazer, como fazer, não tinham como ensinar a eles, porque eles eram surdos. A metodologia era sentar-se na cadeira, a professora ficava oralizando, passando todo o ensino através do oral e para eles, não conseguiam, porque não escutavam, que são surdos. Então, ela [representante da secretaria de educação] foi e me chamou. E conversando com Salomão [prefeito], ele deu notícia a ela que não só existia esses, mas outros. [...] Depois, ela [representante da secretaria de educação] informou para ele que eu trabalhava em uma escola de surdos. O prefeito me convidou, [...] perguntou como era meu trabalho, como era a escola, se os alunos realmente conseguiam, se eles avançavam, se eles aprendiam e eu falei que sim. Ele fez o convite, se eu gostaria de vir para o município para ensinar esses alunos.
(Maria do Socorro Leal Cabral).

Esse relato traz indícios dos contatos iniciais da professora Maria do Socorro com a Secretária de Educação e o Prefeito Salomão sobre a situação educacional de surdos do município, inclusive o convite para trabalhar em Gado Bravo com esses alunos, uma vez que já atuava na EDAC, em Campina Grande. Evidencia, ainda, o papel da referida professora nesse processo de criação e implantação da EMSGB. A sua rica experiência na educação dos surdos gerou o seu interesse, juntamente com a gestão municipal, de buscarem melhorias para os surdos do município, também com o apoio de professoras da UFPB, atual UFCG, para prestar assessoria pedagógica à escola. Como destacam Gianini, Lima e Porto (2020, p. 177): “Além de suas qualidades e competência profissional, ela havia nascido e vivido por muito tempo em

¹⁴ O relato da entrevistas foi transcrito *ipsis litteris*, a fim de se manter sua fidedignidade discursiva.

Gado Bravo, ou seja, era “filha da terra”. No ano de criação da EMSGB, em abril de 2001, Maria do Socorro Leal Cabral foi contratada pela Secretaria de Educação para assumir a direção da escola de surdos.

Para além do reconhecimento dessa importante contribuição das pessoas que se mobilizaram para a criação da escola de surdos em Gado Bravo, os relatos evidenciam a presença de vínculos familiares bem como a contratação de parentes para assumirem cargos públicos no município, nesse caso, vinculados à Secretaria de Educação. Sobre esse aspecto, Monteiro (2016)¹⁵ nos esclarece que a política estabelecida em alguns municípios paraibanos se vale de fortes elos familiares para a ocupação de cargos políticos, postura nepotista que é passada de gerações em gerações.

Retomando o trilhar dos primeiros passos para criação da EMSGB, vimos que o trabalho foi impulsionado a partir de um levantamento inicial realizado pela referida Secretaria, que constatou a existência de um número elevado de pessoas surdas no município, com uma população estimada de 8.577 e 39 escolas públicas no município. sendo que “cerca de 3% não frequentava ou nunca havia frequentado a escola, nem recebera nenhum tipo de atendimento especializado” (Gianini; Lima; Porto, 2016, p.176). Outro dado apontado no relato da professora Maria do Socorro foi a repetência dos alunos surdos que frequentavam as escolas regulares. Via-se que o fracasso escolar estava sendo um aspecto negativo e até mesmo comum nessas escolas que os surdos frequentavam. Isso porque, nessas escolas regulares, as professoras adotavam metodologias e propostas educacionais que não condiziam com a educação das pessoas surdas, ou seja, não sabiam o que fazer, como fazer, não tinham como ensinar a eles, porque eles eram surdos.

Para identificar a quantidade exata de pessoas surdas, foi feito um mapeamento no município, ação que contou com a colaboração da Secretaria de Saúde, com auxílio dos agentes de saúde, profissionais da Secretaria de Educação. Chegou-se ao número de 81 surdos. Com isso, o município teve a iniciativa de buscar ações para mudar a realidade desses sujeitos, que viviam, em sua grande maioria, na zona rural. Mesmo após a morte do prefeito Salomão, diante

¹⁵ Em seu livro “A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar” Monteiro (2017) aborda as novas formas de nepotismo político, com foco na relação entre política e poder familiar, na recente história da Paraíba (1985-2015), e evidencia quanto as redes de parentesco continuam centrais na vida política local. Seu estudo faz densa análise dos conceitos de *capital político-familiar* e *capital econômico e cultural*, com base em Pierre Bourdieu, associando-os a outras categorias como o *parentismo político*, que funciona como uma espécie de nepotismo, fundamentais para compreensão do campo político no Estado da Paraíba.

elevado número de pessoas surdas no município, houve a necessidade de se criar uma escola para esse público, como ressalta Maria do Socorro:

[...] na época era para ter uma sala para os surdos, mas com a quantidade de 81, então foi apresentado e quando a gente foi concluir isso, Salomão [o prefeito] faleceu. E quando ele faleceu, não viu a escola, mas perguntando ao vice-prefeito Fernando Moraes se no caso eu voltaria para Campina ou a gente continuaria com essa pesquisa e ele disse que era da vontade dele ter a escola. Salomão já tinha a informação de 81 surdos e que esse número era ideal para uma escola e não uma sala [...]. Caso, os pais permitissem a chegada desses 81, mesmo que não, mas a metade já seria suficiente, para uma escola.
(Maria do Socorro Leal Cabral, grifo nosso)

Visando a mudanças educacionais e sociais voltadas para esses sujeitos, a Prefeitura Municipal de Gado Bravo, por meio da Secretaria de Educação, comprometeu-se em implantar uma escola específica que realmente tivesse sentido para as pessoas surdas, já que as escolas regulares não conseguiam incluir os sujeitos surdos no processo educacional, pois os professores sequer tinham conhecimento sobre a surdez, o surdo e sua educação.

Essa ação foi viabilizada com a parceria firmada entre a Secretaria de Educação de Gado Bravo (Seduc/GB) e a UFPB, a partir de convite feito às professoras da área de Educação de Surdos, oficializado mediante ofício nº09/00-SECD/PMGB/G-PB em 25 de agosto de 2000, para também assessorar pedagogicamente a criação da escola de surdos em Gado Bravo. Essas professoras já desenvolviam esse trabalho junto à EDAC, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em seu relato, Gianini ressaltou a importância dessa parceria para escola, Secretaria de Educação e para a Universidade, para as professoras e os alunos extensionistas do curso de Pedagogia do *Campus* de Campina Grande, propiciando um aprendizado mútuo, com a troca de saberes teóricos, práticos e da realidade local. Expressa-se, assim, o cumprimento da função social da universidade de formar professores, tanto inicialmente, como de forma continuada, como podemos visualizar no excerto do seu depoimento:

Foi uma parceria bastante interessante para escola, para secretaria e para universidade, muito importante porque através dos projetos de extensão, a participação dos alunos e de nós professores foi um processo de aprendizado mútuo muito grande, que acho que é a função da extensão, a gente além de ter, os alunos terem a experiência mais prática, mais é uma troca de saberes que a gente tem bastante intenso, que a extensão não é a universidade levando nada para ninguém, na verdade, a gente vai lá e aprende muito mais com a comunidade do que a gente leva. [...] Então, o que é o papel da extensão da

universidade, que é muito interessante, que é quando você começa a juntar a informação teórica com a vivência prática.

Essa ação propiciou novas possibilidades àquelas pessoas surdas que não eram escolarizadas e que passaram muitos anos dependendo de seus familiares, em sua maioria, ouvintes, para tentar expressar seus sentimentos e necessidades.

Como afirma Dorziat, (2009, p. 57), “[...] a grande parte dos surdos são filhos de pais ouvintes, que não sabem a LS, as interações comunicativas são pouco adequadas, o que pode causar desatenção e desorientação frente a determinadas situações”. Assim, é difícil até mesmo para os familiares das pessoas surdas entenderem realmente o que essas pessoas desejam, pois a falta de conhecimento a respeito da Língua de Sinais prejudica ainda mais a interação entre o sujeito surdo e seus familiares.

Na subseção a seguir, apresentamos registros da assessoria pedagógica da UFPB, destacando as ações de extensão universitária desenvolvidas pelas professoras vinculadas ao curso de Pedagogia da Habilitação em Educação de Surdos, em colaboração com professoras da EDAC e graduandos do referido curso, para criação e implantação da escola bilíngue de surdos de Gado Bravo.

3.2 Extensão Universitária na EMSGB (2001-2002)

A Extensão Universitária, conforme Nogueira (2001) e Rodrigues (2003), surge na década de 1980 no Brasil. Faz parte de uma tríade composta do ensino e da pesquisa. Trata-se, portanto, de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da comunidade/sociedade em geral. Essa concepção foi construída no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas brasileiras, de premissas centrais, destacam-se:

o compromisso social da Universidade na busca de soluções dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade da institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; reconhecimento do saber popular e consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico (Nogueira, 2001, p. 67).

Como vimos no relato da professora Eleny Gianini, a extensão universitária constitui um princípio fundante do trabalho das professoras da área de Educação de Surdos, da então UFPB, ligadas ao curso de Pedagogia, todas com longa experiência na área de educação de surdos, de formar professores, tanto inicial como de forma continuada. O aceite ao convite da Seduc/GB para assessorar, pedagogicamente, a implantação da Escola Municipal de Surdos em Gado Bravo se efetiva em uma ação realizada por meio de projetos de extensão universitária vinculados ao Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX) da UFPB.

Considerando o recorte temporal do presente estudo, destacamos dois projetos extensionistas e seus respectivos relatórios finais como ações essenciais para a criação e implantação da EMSGB. O primeiro projeto intitulado *Assessoria Pedagógica para a Implantação da Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo/PB*, com início em junho de 2001 e término em maio de 2002 – com interrupção nos meses de outubro novembro e dezembro, em função da greve dos docentes da UFPB. O segundo, *Assessoria Pedagógica para a Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo/PB*, estava previsto para ser desenvolvido no período de julho a dezembro de 2002, sendo uma continuidade do projeto de 2001.

O primeiro projeto foi coordenado pela professora Ana Dorziat com a colaboração das professoras Eleny Gianini e Niédja Lima e participação dos alunos extensionistas bolsistas Helnton de Sá Gonçalves e Tatiana Kioko G. S. Kogiso que faziam parte do curso de Pedagogia. Esse projeto objetivou assessorar a implantação da EMSGB, propiciando uma parceria entre a UFPB, a EDAC e a escola. A coordenadora afirma que se tratava de uma experiência extensionsita que enriqueceria a área de Educação de Surdos, especialmente a habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação do curso de Pedagogia, uma vez que estariam “re-vivendo a criação de uma nova escola para surdos, porém em uma realidade totalmente diversa” (Dorziat, 2001, p. 3). Como já foi ressaltado neste texto, o trabalho de assessoria para implantação da escola de surdos em Gado Bravo foi solicitado pela SEC-GB, a partir da constatação da existência de um número elevado de pessoas surdas no município, as quais não frequentavam a escola e não tinham nenhum tipo de atendimento especializado.

Em outubro do ano 2000, deu-se início ao trabalho de assessoria, a partir do curso de extensão *Gestão e habilidades básicas em educação de Surdos*, financiado por meio do convênio FAT/SETRAS/FUNAPE/UFPB, perfazendo 40 horas e com a participação de 20 pessoas, indicadas pela Secretaria de Educação de Gado Bravo. Esse curso buscava um maior contato com a realidade de Gado Bravo e contou com a participação de professoras da EDAC, como ministrantes, possibilitando um intercâmbio entre as instituições.

Os pressupostos teóricos da referida ação extensionista se respaldavam na proposta de educação bilíngue de surdos que respeita as especificidades da pessoa surda, incluindo o reconhecimento da língua de sinais como língua natural da comunidade surda, e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua (Sacks, 1990; Brito 1995; Skliar, 1999; Dorziat, 1999). Referenciada em Perlin e Quadros (1997), as professoras da assessoria pedagógica da UFPB, reafirmam as concepções que fundamentam o trabalho extensionista:

Nós acreditamos que a educação de surdos, na verdade, deve acontecer em uma escola de ensino que apresenta uma peculiaridade: a língua utilizada para difundir conhecimento é a língua de Sinais, no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Além disso, essa escola estará atendendo a uma comunidade que possui história e cultura que tem sua própria forma de expressão (Perlin e Quadros (1997, p. 36).

Ao término do referido curso, a Secretaria de Educação de Gado Bravo selecionou quatro professoras para atuar na escola na educação de surdos; contratou para a direção uma professora que também já atuava na EDAC e uma instrutora de Língua Brasileira de Sinais (Libras), que era aluna e ex-instrutora da EDAC. Como informamos anteriormente, a Escola de Surdos de Gado Bravo foi inaugurada em abril de 2001, quando esses profissionais passaram a integrar a equipe técnico pedagógica da escola, em seu primeiro ano de funcionamento.

O projeto previa as seguintes metas:

- Coordenar momentos de estudos quinzenais com a equipe pedagógica da EMSGB, para capacitá-la, em serviço, em Educação de Surdos;
- Promover um curso de capacitação em Educação de Surdos, para a equipe pedagógica da Escola, em parceria com a EDAC, com 40 horas de aula;
- Participar, quinzenalmente, do planejamento pedagógico da Escola, a fim de refletir sobre as questões teórico-metodológicas referente ao ensino de surdos;
- Acompanhar o desenvolvimento do planejamento nas quatro salas de aula da Escola;
- Dar oportunidade de trabalho extensionista a dois alunos de Curso de Pedagogia da UFPB – *Campus II*.

Visando ao alcance dessas metas, foram propostas ações – a maioria desenvolvida na EMSGB, entre as quais citamos: i) realização de reuniões de planejamento com sessões de estudo sobre temas da educação de surdos em geral e promoção de oficinas; ii) promoção de um curso de capacitação em Educação de Surdos para os professores da escola e outros da Rede Municipal de Ensino de Gado Bravo; iii) participação nos planejamentos pedagógicos com a

equipe pedagógica da escola; iv) observações em sala de aula da prática do professor pelos alunos extensionistas da UFPB.

Um dado importante que consta no projeto são os documentos comprobatórios que foram anexados e respaldam a contrapartida da SEC/GB, assinado pela Secretária de Educação da época, Ana Lúcia Barbosa de Moraes, entre eles, a disponibilização do transporte de ida e volta da equipe integrante do projeto de assessoria à EMSGB e os recursos materiais e pedagógicos para prover o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

No relato da professora Eleny Gianini, foi destacado como se dava o deslocamento da equipe da assessoria pedagógica e alunos bolsistas da UFPB ao município de Gado Bravo. Esse traslado era feito por um veículo comum a todos os professores que saíam de Campina Grande com destino ao município para ensinarem em outras escolas:

[...]a gente ia naquele transporte que era um ônibus que saía todo dia, que levava professores para escola. Não era um transporte especial, não, era o mesmo ônibus que levava os professores para escola de ensino médio.

(Eleny Gianini)

Isso indica que o transporte que conduzia a equipe, disponibilizado pela Secretaria do município, não era exclusivo, já fazia o trajeto de Gado Bravo para Campina Grande e Campina Grande para Gado Bravo.

Ao nos debruçarmos sobre a leitura do Relatório Final¹⁶ desse PROBEX-UFPB (Dorziat, 2001), vemos o relato das atividades que foram desenvolvidas e sua avaliação. Sobre isso, destacamos alguns pontos que nos chamaram a atenção a partir das metas propostas e alcançadas.

A caracterização da instituição traz informações sobre os aspectos físicos e organizacionais, a partir de sua inauguração, em abril de 2001; o perfil do alunado; o número de alunos matriculados (43), dado que corrobora o levantamento feito no município acerca da quantidade de surdos que não frequentavam a escola e não tinham contato com a Libras. Também é apresentado o perfil das professoras e do corpo técnico-administrativo, aspectos que serão ressaltados na próxima subseção.

Ressalta-se, no relatório, que, nos oito primeiros meses de funcionamento da EMSGB, os alunos foram distribuídos em quatro turmas, de acordo com a faixa etária, período também que foi dedicado à aprendizagem da Libras, à sociabilização e introdução de alguns conceitos

¹⁶ Relatório aprovado em reunião ordinária do então Departamento de Educação do Centro de Humanidades da UFPB, em maio de 2002 (Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002).

básicos. O planejamento dessa organização inicial do funcionamento da escola foi de suma importância para que os alunos surdos pudessem ter um contato mais efetivo com a Libras, pudessem também interagir com uma instrutora de Libras surda como também com os professores contratados – estes também não tinham vivência com essa Língua, situação que lhes propiciou acesso a conhecimentos sobre a educação de surdos nos aspectos linguísticos, educacionais e culturais.

No tocante às metas propostas no referido projeto, estas sofreram alguns atropelos em função da greve dos professores, porém o objetivo geral de assessorar pedagogicamente a implantação da Escola de Surdo foi executado. Como mencionado no relatório, a “assessoria, a partir do intercâmbio UFPB, EDAC e EMSGB contribuiu para: a consolidação da EMSGB; a disseminação de um ensino apropriado de surdos; e a revitalização da Habilitação em Educação dos Deficientes da Audiocomunicação da UFPB” (Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002, p. 11).

Foi destacada a participação dos alunos bolsistas Helnton Gonçalves e Tatiana Kogiso nas atividades desenvolvidas no projeto, oportunidade que lhes propiciou um maior aprendizado da Libras, o enriquecimento sobre a educação de surdos e no trato com as questões do dia a dia de uma escola, além das experiências científicas vivenciadas em eventos e publicações.

O segundo projeto de extensão, conforme foi citado anteriormente, deu continuidade ao trabalho desenvolvido no ano de 2001. Teve como coordenadora a professora Eleny Gianini, como colaboradoras as professoras Niédja Lima e Maria do Socorro Leal Cabral, diretora da EMSBG, além da participação de alunas bolsistas: Walda de Fátima Martins e Cristhinne Ferreira da Silva.

Consonante o objetivo maior de assessorar, pedagogicamente, a EMSGB, por meio da formação continuada, o projeto contemplou ações e metas previstas na versão de 2001. Em seu relatório final, é possível identificar aspectos do trabalho desenvolvido pela equipe do projeto. Sobre o perfil de seu alunado, o Projeto contou com um total de 40 alunos surdos matriculados em 2002, distribuídos em cinco turmas: uma de Educação Infantil, duas de 1ª série e duas de 2ª série do Ensino Fundamental. Esses alunos, em sua grande maioria, moravam na zona rural (povoados ou sítios), dependendo sempre de transporte escolar para chegarem à escola.

O quadro de profissionais envolvidos – 06 professores, 01 instrutora de Libras e 5 pessoas da equipe técnico-administrativa – se manteve em 2002. Um aspecto em comum diz respeito ao deslocamento dessa equipe até a Escola. Muitos professores também residiam na zona rural e dependiam do transporte municipal; as professoras que vinham de Campina Grande para Gado Bravo, se deslocavam de transporte escolar (ônibus) do município.

Sobre o prédio, a EMSGB continuou onde estava instalada e, como destacamos anteriormente, com frágeis condições para efetivo funcionamento das atividades da escola.

Ressaltamos que as ações previstas nessa segunda edição foram desenvolvidas pela equipe do projeto, através da capacitação e formação continuada de professoras, acompanhamento de planejamentos pedagógicos quinzenais e desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, por meio da observação participativa semanal das alunas extensionistas. Essas atividades estavam respaldadas numa proposta de educação bilíngue de surdos e contribuíram para o crescimento do fazer pedagógico da Escola, bem como para a formação continuada das professoras (Martins; Silva; Gianini, 2002).

Como parte das metas propostas, a socialização dessas versão do projeto se deu por meio da publicação de artigos e apresentações em eventos científicos da área, pelas alunas extensionistas, a exemplo do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, nos dias a 12 de novembro de 2002, em João Pessoa-PB.

De forma geral, como registrado no relatório final, as integrantes da equipe do projeto afirmaram que os resultados almejados foram alcançados, reiterados em depoimentos dados pela comunidade escolar e setores da comunidade gadobravense e na avaliação feita pelas professoras, constando questões que pontuavam: ações positivas do projeto, ações negativas e sugestões para o ano de 2003.

Como síntese das avaliações feitas sobre o desenvolvimento desse projeto extensionsita, Martins, Silva e Gianini (2002) pontuaram: a volta dos planejamentos individualizados, por turma; continuidade do projeto contemplando aspectos reivindicados pelas professoras; aprendizado da Libras pelos professores e comunidade escolar e em geral. Quanto às alunas extensionistas, a participação no projeto contribuiu ricamente para a sua formação, permitindo uma maior integração da teoria com a prática e conhecimento da realidade escolar, bem como melhor compreensão das questões referentes à surdez e à educação de surdos. Por fim, as relatoras reafirmaram a importância da extensão universitária, pois o vínculo Universidade-outras comunidades propiciam a construção de uma universidade socialmente referenciada.

A seguir, trazemos alguns registros que revelam momentos de formação com os professores, planejamento pedagógico e situações de sala de aula.

Figura 2 – Professoras reunidas participando do curso de extensão de formação sobre educação de surdos em 2001



Fonte: Relatório Final de Extensão- Gonçalves; Kogiso e Dorziat (2002).

Na Figura 2 acima, podemos visualizar parte das professoras e equipe técnico-administrativa que participaram do curso de extensão no ano 2000, “Gestão e Habilidades Básicas em Educação de Surdos”, reunidas em uma sala onde ocorreu o curso. Essas pessoas foram selecionadas pela Secretaria de Educação de Gado Bravo, para trabalharem na EMSGB. Da esquerda para a direita, vemos Mônica Barbosa, Maria Elizabeth, Josete da Silva, Ernestina Iva, Maria de Fátima e Dorgivânia Souza.

A figura seguinte, estão algumas professoras reunidas aprendendo, planejando e estudando com a equipe do projeto, ação prevista nos dois projetos aqui mencionados.

Figura 3 – Professoras da EMSGB participando de encontro de planejamento e estudos com a equipe do projeto de extensão



Fonte: Relatório Final de Extensão- Gonçalves; Kogiso e Dorziat (2002).

Nesta 2ª fotografia (Figura 2), estão reunidos em uma sala da Escola, da direita para a esquerda, as professoras da assessoria pedagógica da UFPB, Ana Dorziat e Eleny Gianini; as professoras da EMSGB Josete da Silva, Ernestina Iva, Maria de Fátima, Dorgivânia Souza e Ana Lúcia Tavares; a instrutora de Libras Josinalva; e os alunos extensionistas bolsistas Helnton de Sá Gonçalves e Tatiana Kioko G. S. Kogiso. A Figura ilustra um encontro de planejamento e estudos com a equipe pedagógica da Escola, aspecto que também evidencia ações previstas no projetos e efetivação de seus objetivos, assim como a presença de alunos da graduação em Pedagogia em uma proposta de educação bilíngue para surdos.

3.2.1 Os sujeitos da EMSGB: profissionais (surdos e ouvintes) e discentes da escola

Nos relatórios finais dos projetos de extensão, descritos na subseção anterior, pudemos conhecer também o perfil dos alunos, das professores e o corpo técnico- administrativo, os quais integravam a EMSGB nos primeiros anos de seu funcionamento. No ano de 2002, os alunos matriculados na escola tinham idades variadas. Conforme registra Gianini (2002) no relatório final, esses alunos tinham entre 3 e 45 anos de idade. A maioria morava na zona rural e precisava de transporte público para se deslocar até a escola.

Os relatórios finais apreciados mostraram a quantidade, o nome dos funcionários da Escola, suas respectivas funções e nível de escolaridade. Todos esses funcionários foram contratados para desenvolverem seu trabalho na EMSGB. Nessa época, o município ainda não dispunha de concurso público para efetivação desses funcionários que trabalharam na escola.

Para o pleno funcionamento da escola e atendimento a uma demanda de 43 alunos surdos matriculados, foram necessários 12 profissionais. Conforme já mencionado, antes da instalação da escola para os surdos que moravam em Gado Bravo, foi realizada uma formação pela FAT/SETRAS/FUNAPE/UFPB, a fim de que os professores tivessem conhecimento sobre a educação das pessoas surdas. A seleção dos professores para lecionar na escola para surdos foi realizada pela Secretaria de Educação do município, sem que houvesse uma reunião com os responsáveis pela formação, para se definirem os critérios ou requisitos para que esses professores fossem selecionados.

Segue o quadro demonstrativo que especifica a formação inicial de cada funcionário da escola nos anos de 2001 e 2002.

Quadro 3 – Equipe técnica e pedagógica da escola em 2001 e 2002

EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA DA EMSGB		
NOME	FUNÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
1. Maria do Socorro Leal Cabral	Diretora	Magistério no nível médio, Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, Especialização na Educação de Surdos, cursando especialização em Psicologia da Infância e Adolescência
2. Maria Adélia de Farias Leal	Vice-Diretora	Magistério no nível médio, cursando Licenciatura Plena em Letras e cursando Licenciatura Plena em Pedagogia
3. Maria da Penha Alves	Secretária	Bacharelado em Ciências Contábeis
4. Ana Lúcia Tavares da Silva	Professora	Magistério no nível Médio
5. Ernestina Iva de Santana	Professora	Magistério no nível Médio, cursando Licenciatura Plena em Pedagogia
6. Josete da Silva	Professora	Magistério no nível Médio, cursando Licenciatura Plena em Pedagogia
7. Dorgivânia Gomes de Souza	Professora	Magistério no nível Médio
8. Maria Elizabeth Alves Araújo	Professora	Logos
9. Maria de Fátima da Silva	Professora	1º grau completo
11. Josinalva Gomes	Professora de Libras	Cursando a 7ª série
10. Mônica Barbosa de Albuquerque	Serviços Gerais	Cursando Logos
12. Josefa Boaventura Faustino	Merendeira	Fundamental incompleto

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir das informações contidas nos Relatórios Finais de Extensão (Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002); (Martins; Silva; Gianini, 2002) e documentos disponibilizados pela SEC-GB.

A partir desse relatório de extensão, verificamos que a escola aumentou a quantidade de professores, pois, da proposta inicial, com apenas quatro docentes, houve acréscimo de mais duas, passando a seis no total. Contou também com a colaboração de uma instrutora de Libras surda, com experiência na EDAC e na comunidade surda de Campina Grande; esta instrutora também havia realizado a primeira formação com as professoras que atuaram na escola. Após o término da formação, essa profissional foi contratada como Instrutora de Libras para ensinar essa Língua na referida Escola. Sendo assim, diante do Quadro 3, percebemos que a grande maioria dessas professoras já tinha experiência na escola regular, mas não com a educação das pessoas surdas, por isso a relevância de uma professora surda para ensinar a Libras na escola.

As Figuras 4 e 5 adiante retratam o momento em que estavam reunidos alguns alunos e professores em frente à escola em seu primeiro ano de funcionamento.

Figuras 4 e 5 – Alunos e professoras, reunidos em frente ao prédio da EMSGB no ano 2001



Fonte: Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002); (Martins; Silva; Gianini, 2002)

É possível identificar na foto 5, alunos (crianças, jovens e adultos) de diferentes faixas etárias, alguns fardados com blusa na cor azul e com o sinal da escola e professoras, reunidos em frente à escola. Nela, também vemos em meio aos alunos, as professoras que foram

selecionadas e contratadas para atuarem nessa escola: Dorgivânia, Ernestina, Josete, Elizabeth, Ana Lúcia e Josinalva, a instrutora de Libras.

4 A IMPLANTAÇÃO DA EMSGB RELATADA PELOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Nesta seção, trazemos relatos das entrevistas realizadas com a professora Eleny Gianini; com a diretora da escola de surdos, Maria Socorro Leal Cabral; com a professora que atuou na escola, Dorgivânia Gomes de Souza Silva; e com Gizebel Gomes Barbosa, uma das alunas que frequentou a escola, logo que esta foi implantada no ano de 2001. Pautamo-nos na análise interpretativa de Severino (2013), que possibilitou amparo teórico metodológico para que conseguíssemos estabelecer relações entre as entrevistas e os pressupostos teóricos, de maneira a contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a escola de surdos do município de Gado Bravo-PB.

4.1 Da instalação e inauguração da EMSGB: alguns registros

No ano de 2001, visando ao funcionamento da escola, a Secretaria de Educação de Gado Bravo-PB definiu um prédio para instalar a Escola e começar a receber os alunos surdos que residiam no município, para dar início ao trabalho pedagógico. Para tanto, foi definido como local uma escola já existente no município, embora esta não tivesse estrutura ideal para receber os alunos, conforme se vê na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Prédio onde funcionou a escola de surdos de Gado Bravo (EMSGB)



Fonte: Relatórios Finais de Extensão (Gonçalves; Kogiso; Dorziat, 2002; Martins; Silva; Gianini, 2002).

O prédio tinha três banheiros (masculino, feminino e de Professores); duas salas de aula subdivididas por madeirite, onde funcionavam quatro turmas; cozinha; diretoria; e espaço coberto para recreação. Nas salas de aula, havia carteiras escolares para todos os alunos, alguns armários, birôs e brinquedos pedagógicos. Essa precária estrutura física é acentuada em outros aspectos, como destacado em Gianini (2002, p. 2-3) “[...] não dispõe de energia elétrica, água encanada, sendo abastecida de água através de uma cisterna.” Essa foi a escola que iniciou a educação das pessoas surdas no município de Gado Bravo.

Como já mencionado anteriormente, antes de ter sido utilizada na educação das pessoas surdas, o local foi idealizado para funcionar como uma creche, mas nunca fora inaugurada ou houvera funcionado com esse propósito. É possível perceber, na Figura 6, que a escola não havia sido construída havia pouco tempo, pelo contrário, apresenta desgastes em sua estrutura física, sinais de que não estava sendo utilizada.

Apesar de sua precária instalação, essa escola se tornou um marco histórico na vida daquelas pessoas e de suas famílias, que resolveram acreditar na proposta educacional que estava sendo ofertada na época, pois não sabiam lidar com a surdez e puderam sair de suas casas para tentar mudar a realidade na qual se encontravam.

Perguntamos à diretora da escola como se deu a escolha e adaptação do prédio. Ela respondeu:

O primeiro prédio da escola foi onde atualmente é o anexo. Era igual as outras escolas rurais que a gente tem sala de aula de um lado, sala de aula do outro e ficava o pátio. Então, a gente quando chegou lá, a gente dividiu as salas de aulas, dava para fazer duas. Então a gente tinha quatro salas de aulas. Dividimos com madeirite.
(Maria do Socorro Leal Cabral).

A escola que visava a melhorias na educação das pessoas surdas foi inaugurada em abril de 2001. A partir desse momento, a escola também ganhou um sinal em Libras:

Figura 7 – Sinal da escola em Libras

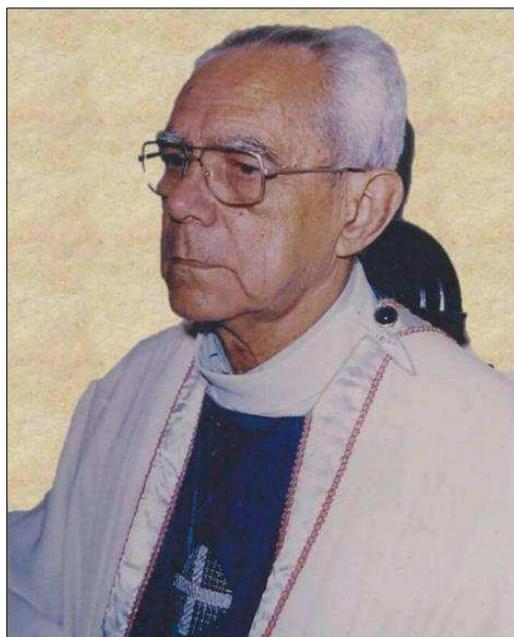


Fonte: Relatório Final de Extensão
(Martins; Silva; Gianini, 2002).

O sinal da Figura 7 tem a mesma localização e movimento do sinal da cidade de Gado Bravo. Substitui a letra “G” pela letra “E” de escola. Foi desenhado pelo professor Joseildo Antônio Gomes, que também atuou como docente dessa Instituição. O sinal da escola em Libras tem um significado social importante, sinaliza o compromisso social e educacional com os alunos surdos do município.

A escola recebeu o nome do Padre Edwards Caldas Lins, formado em Teologia e Filosofia, nascido no município de Cabaceiras-PB e falecido em 29 de maio de 1988. O padre foi homenageado porque perdeu a audição com o passar do tempo e celebrava missas no município de Gado Bravo e nos municípios vizinhos, como Aroeiras e Umbuzeiro. Ele participava ativamente da comunidade gadobravense, sendo uma pessoa muito importante para os moradores, pois também realizava trabalhos sociais. A pessoa que escolheu o nome do padre foi Maria do Socorro Leal Cabral. Vejamos a foto do Padre.

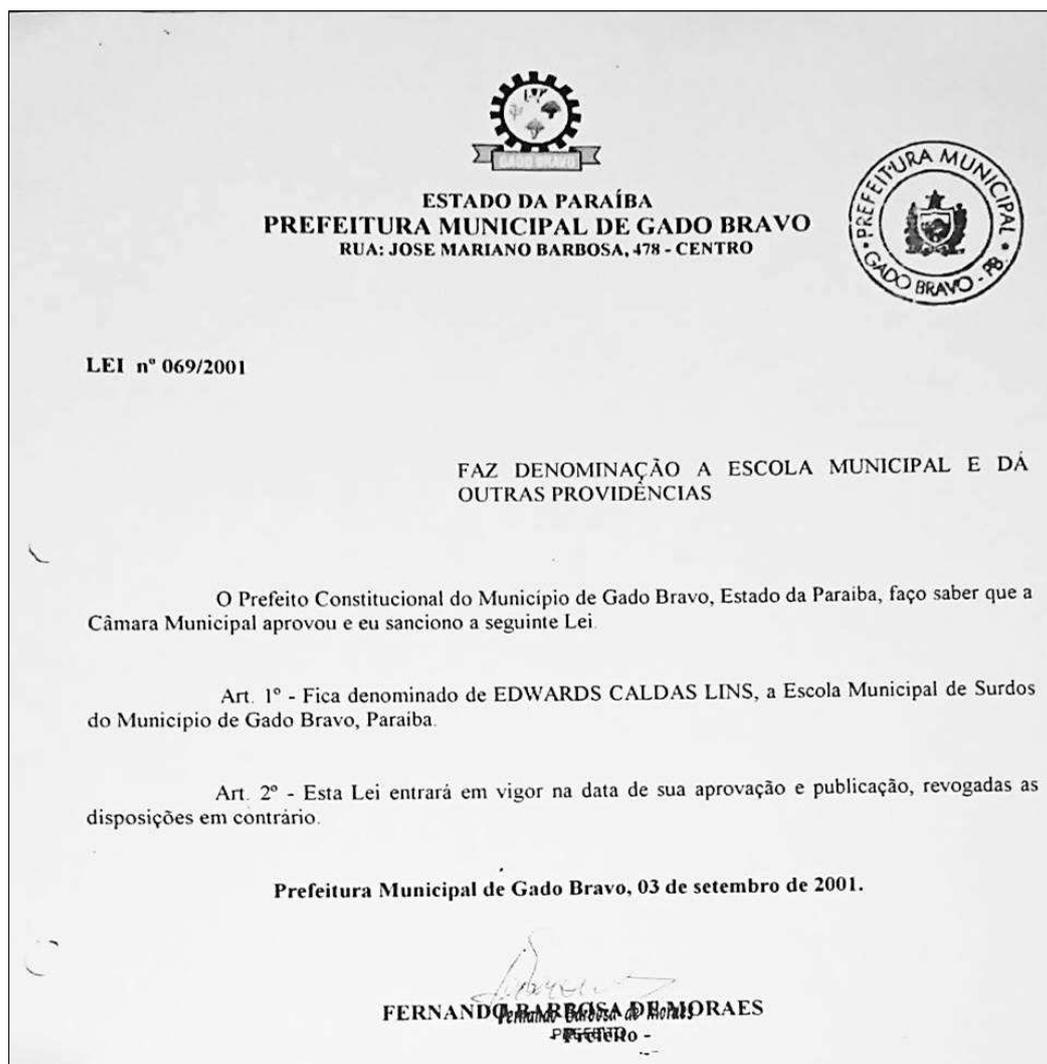
Figura 8 – Padre Edwards Caldas Lins



Fonte: Facebook – Retalhos históricos de Gado Bravo (2023).

Cinco meses após o funcionamento da escola é que foi criada a Lei 069 que oficializa a escola e a nomeia Padre Edwards Caldas Lins. Essa lei foi aprovada em 03 de setembro de 2001. Vejamos agora a lei que faz a denominação dessa escola:

Figura 9 – Lei nº 069/2001 que denomina a escola Edwards Caldas Lins, como sendo a escola destinada para surdos no município de Gado Bravo/PB



Fonte: Secretaria de Administração do município de Gado Bravo/PB (2001).

Embora a EMSGB tenha sido inaugurada em abril de 2001, o documento que oficializa o nome da escola, incluindo o nome do patrono, trouxe essa denominação apenas no mês de setembro de 2001.

4.2 Surdos que residiam em Gado Bravo: de “Ser Surdo” invisível a sujeito educativo e social

Buscamos entender como era a educação das pessoas surdas antes da criação da escola para surdos no município de Gado Bravo. De acordo com a diretora e a professora da escola que participaram da entrevista:

Até onde eu sei, a educação, como ainda acontece nas escolas junto com os ouvintes, só no oral, não tinha nada específico, porque as professoras não conheciam um nada sobre a educação dos surdos, elas não tinham nenhuma adaptação. Elas [professoras] ficavam sem saber o que fazer, é tanto que eles [alunos] ficavam na repetência, porque elas não sabiam o que fazer.

(Maria do Socorro Leal Cabral)

Nesse relato, é possível identificar alguns indícios da dificuldade encontrada pelos surdos no município de Gado Bravo e, como já mencionamos, não foi diferente da realidade de outros surdos. Receber, matricular e manter alunos surdos em escolas comuns não quer dizer que esses alunos estão aprendendo. Embora a intenção dessas escolas fosse a de incluir, elas não tinham as condições necessárias para que o aluno surdo viesse a aprender, pelo contrário, eram submetidos a práticas orais, tentando “normalizá-lo” ao compará-lo com os outros alunos ouvintes, resultando em repetência, ou seja, nenhuma inserção real nesse contexto escolar.

Apesar de alguns avanços na educação das pessoas surdas, não se pode ignorar que:

A imposição de regras de normalização representou uma grande tensão entre os surdos devido a violência contra a cultura surda, mascarada até hoje na história da educação dos surdos. Podemos considerar como formas de agressão: a eliminação da diferença; ridicularização da língua de sinais; a imposição da língua oral; a inclusão do surdo entre deficientes; e a inclusão do surdo entre ouvintes (Campos, 2021, p. 41, sic).

Temos como resultado negativo para o surdo o fracasso escolar, que foi se tornando cada vez mais presente em seu cotidiano, pois a própria escola não valorizava sua língua e nem sua identidade surda.

Os professores também não tinham conhecimento sobre a surdez e como orientar seus alunos, para que viessem a aprender. Havia um conjunto de fatores que vinha resultando nos casos de repetência desses alunos surdos. Por isso, perguntamos à aluna surda sobre sua experiência educacional. A entrevistada nos relatou sua experiência:

Já estudei em escola de ouvintes. Muito difícil! Antes, quando era criança que ia para a escola, aprendi as vogais, só visualizava, mas não conseguia entender nada, porque eu não conseguia ouvir, tinha muita vergonha, me sentia muito sozinha e não conseguia aprender nada do que era ensinado na escola. Não conseguia aprender a ler, não conseguia aprender as explicações. Minhas amigas ajudavam, eu copiava, copiava, copiava, não conseguia compreender, muito difícil. Não conhecia Libras, não sabia que os sinais existiam, nada de Libras, não conseguia compreender. Quando fui estudar na escola de surdos, em 2001, quando eu tive contato com a Libras, foi muito importante para mim, foi quando eu comecei a compreender.

(Gizebel Gomes Barbosa)

Percebemos as dificuldades encontradas pela aluna em não conseguir entender as explicações de sua professora, o que a levou a ser uma aluna copista e a ter vergonha por não conseguir aprender como seus colegas de sala. Ela também relata que, nessa época, ainda não conhecia a Libras – esta veio a ser objeto de apreço legal apenas em 2002. Mesmo assim, enfatiza que teve seu primeiro contato com a Libras, em 2001, na escola de surdos. Podemos dizer que esse foi um dos aspectos positivos da implantação da escola para surdos no município de Gado Bravo-PB, pois a aluna vinha de uma escola regular que não dispunha de professores conhecedores da Língua de sinais. Ainda de acordo com o relato da aluna surda, sobre a escola, e seu acesso à Língua de Sinais, ela destaca:

[...] Assim que iniciou o trabalho na escola, eu me identifiquei imediatamente, porque é muito difícil viver em uma comunidade de ouvintes sem saber se comunicar, sem ser compreendida. As pessoas falando, falando e eu sem ouvir, sem entender nada. Então, Coca com essa criação da escola e chamou os surdos e muitos surdos foram para essa escola. [...] assim que foi criada eu entrei logo para estudar nessa escola. Não conhecia a Libras, não conhecia as palavras, a datilologia, foi muito importante para mim, aprender a Libras.

(Gizebel Gomes Barbosa)

Diante do que foi exposto, a ex-aluna da escola nos revela quanto foi importante o seu contato com a escola de surdos, mesmo que tardio, pois já havia ingressado nas escolas para ouvintes, como descreve em seu depoimento anterior, e reforça as dificuldades que enfrentou durante o contato com a escola e comunidade de ouvintes, pois não era compreendida. Apenas com sua inserção na escola de surdos, conseguiu aprender e conhecer a Libras.

A partir desse relato da aluna surda, destacamos uma análise de relatos feitos por uma pessoa surda, no livro de Moura (2000), narrando as dificuldades que encontrou para aprender, pois, em muitos momentos era copista e o mandavam oralizar, “na escola não aprendia, não usava língua de sinais. Só me pediam para falar” (Moura, 2000, p. 99). São relatos que retratam a realidade e as dificuldades que as pessoas surdas enfrentavam nas escolas regulares para aprender. Isso evidencia as práticas de abordagens oralistas e até mesmo a ausência de conhecimento sobre a surdez e sua educação, procedimentos que levam os alunos a exercícios repetitivos e sem sentido para sua educação.

A professora Dorgivânia, da escola de surdos, concorda com o que a aluna surda nos relatou anteriormente, narrando como se dava a educação dessas pessoas no município:

Praticamente, essas pessoas não participavam da educação formal, a maioria não era alfabetizada, a maioria, o primeiro contato que tiveram com a escola foi a escola de surdos. Então, eles não tinham o contato com a língua, não tinham contato com nada. E os que participavam, que tinham frequentado as escolas, eram copistas, eles não sabiam de nada, não compreendiam nada, a não ser, os que tinham uma perda moderada, que faziam um pouco de leitura labial. Apesar de ser muito difícil, mas alguns conseguiam. Na grande maioria, os alunos que a gente teve contato, eles não interagiam, eles tinham dificuldade até de comunicação, de socialização, os primeiros meses foi só de socialização, porque como eles não tinham a língua, não tinham esse contato com outras pessoas, alguns eram muito arredios, alguns tinham até dificuldade de olhar para gente, era muito difícil. Mas, ver aquelas pessoas do início, quando a gente começou e perceber a mudança que teve depois, porque assim, elas começaram a se comunicar.

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

Nem todas as crianças surdas estavam matriculadas nas escolas regulares do município. Era um número pequeno de alunos surdos que só se tornou relevante com a criação da escola bilíngue de surdos, um espaço educacional que trouxe significado para os sujeitos surdos que moravam no município, pois, a partir de então, puderam interagir uns com os outros e aprender a Libras. Neste sentido, é importante mencionar que

Na escola para surdos, embora exista a surdez como fator aglutinante, este não deve ser o único considerado. Em uma turma de crianças surdas, jamais encontraremos sujeitos iguais por serem surdos. Eles possuem história, meio familiar, sexo, raça, cor, religião, língua, situação econômica, identidades, etc., diferentes (Lopes, 2016, p. 109, sic).

Inserir o surdo em uma escola específica, possibilita a troca de saberes com outros sujeitos surdos que vêm de contextos diferentes e trazem consigo uma perspectiva de vida diferente umas das outras e que vão sendo compartilhadas nesse contexto escolar, ampliando para outros contextos. Por isso, foi importante o município de Gado Bravo-PB procurar parcerias com a UFPB. Sobre isso, vejamos a opinião da professora da Eleny Gianini:

*Eu acho que foi muito interessante. Nós fomos procurados pela secretaria de educação de Gado Bravo, por intermédio de uma pessoa [**Maria do Socorro Leal Cabral**] que depois foi a diretora. [...] Então a secretaria de educação do município de Gado Bravo, procurou a gente, pedindo essa assessoria. Foi muito interessante porque a gente participou desde o curso de formação inicial desses professores, foi um curso inclusive que nós fizemos um projeto pela universidade, conseguimos um financiamento, através do FAT, aquele fundo de apoio ao trabalhador e foi feita a formação de umas 20 pessoas e dessas 20 pessoas a secretaria municipal escolheu, acho que umas cinco a seis pessoas/professoras para*

trabalharemos nessa escola. Então, a gente participou desde essa formação inicial e durante esse tempo todo.

(Eleny Gianini)

O relato da professora Eleny Gianini menciona a formação desenvolvida pela assessoria com financiamento do FAT/SETRAS/FUNAPE/UFPB e que está citado nos Relatórios Finais dos Projetos Extensionistas dos anos de 2001 e 2002, destacando a importância da formação continuada dos professores voltada para a educação de surdos, uma vez que a educação dessas pessoas não contava com professores conhecedores sobre a surdez e a Libras que tornava alunos meros copistas e sem acesso a sua língua natural.

Partindo desse pressuposto, entendemos quanto foi difícil para as pessoas surdas esse período de negação de sua cultura e da língua de sinais. As pessoas não entendiam, e continuam sem entender, que a educação proposta para sujeitos surdos não deve ser igual à das pessoas ouvintes. As pessoas surdas foram vítimas de muitas irregularidades e ignorância cultural e educacional, passando pela invisibilidade, pelos estigmas, pela prática oralista, pela violência de se querer com que oralizassem, forçando-as a se expressarem na língua portuguesa, como se fosse a única forma de comunicação e de aprendizagem.

Acreditamos que criação da EMSGB permitiu que muitos surdos que moravam no município de Gado Bravo/PB fossem vistos com outro olhar, compreendidos deixando de ser pessoas invisibilizadas ao frequentar a escola e até mesmo outros ambientes, como igrejas e também a eventos sociais, festividades etc.

Vejamos o relato da professora da escola de surdos:

[...] a partir da escola, quando eles começaram a se socializar na escola, teve a questão da religião, aonde eles puderam participar, acho que foi formado alguns grupos relacionados a igreja, a gente fazia a interpretação, então assim, eles não só tiveram acesso a língua e a conhecimento na escola, mas aí expandiu para outras áreas também, como a exemplo da religião.

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

O relato dessa professora nos permite entender as mudanças que ocorreram na vida daqueles surdos que, antes do ingresso da escola, não tinham perspectiva nenhuma de melhorias em suas vidas. Vejamos o relato da ex-aluna surda-sobre essas mudanças:

Antes, a gente encontrava muito os amigos surdos nas festas que acontecia, era muito legal, a gente se encontrava muito, mas a comunicação era mais com os surdos. Participava dos desfiles, das festas. No dia 7 de setembro, eu gosto, fico feliz em participar, quando tem algum evento. Do dia do surdo, 26 de setembro, também gosto de participar.

(Gizebel Gomes Barbosa)

A partir do seu ingresso na escola de surdos é que as transformações foram possíveis, pois puderam sair de suas casas, aprender, conviver em contextos mais variados, tendo novas e melhores perspectivas de vida.

Destacamos o relato da professora a respeito da importância da escola para as pessoas surdas.

Essa implantação da escola de surdos no município foi fundamental para essa comunidade. Porque foi a partir da escola de surdos que foram vistos como cidadãos iguais aos cidadãos ouvintes, [...] tanto é que ninguém nem chamava de surdos e outra coisa que achava interessante que ninguém chamava os surdos pelo nome, era o mudo de fulana, o mudo de sicrano, por como exemplo, [...] o mudo de José, o mudo de Maria. Eles não tinham uma identidade. Eles eram “o mudo” e esse mudo, e essa palavra mudo, era sinônimo de “doido”, de limitado, era como se todos os surdos tivessem problema mental e que não fossem capazes de aprender, não fossem capaz de ser uma pessoa comum.

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

Nascer com alguma deficiência era motivo para serem eliminados, segregados e considerados anormais e incapazes. “A história dos surdos começa muda, apagada e triste” (Sá, 1999, p. 71). Nesse caso, foram considerados, por muito tempo, pessoas com uma patologia, ou seja, como pessoa com deficiência que precisaria ser curada. Por esse motivo, foram submetidas a treinamentos auditivos que tinham como objetivo recuperar sua audição.

A escola de surdos de Gado Bravo-PB mudou um pouco a visão que se tinha das pessoas surdas gadobravenses, principalmente a maneira distorcida, preconceituosa que se expressava ao chamar o surdo de “mudo”. Sabemos que nefasta essa prática social não deixou de existir, mas, aos poucos, está perdendo força; já não é raro se verem pessoas surdas convivendo e aprendendo nos mesmos contextos sociais que os ouvintes, mediante a sua visibilidade no contexto escolar que foi ampliada para outros contextos sociais, como igrejas e participação em festividades no município.

4.3 Formação de professores e mudanças no contexto da educação de surdos em Gado Bravo-PB

O projeto desenvolvido pelas professoras da UFPB para implantação da escola de surdos ressignificou a prática docente, possibilitando novas perspectivas para a educação de surdos dessa cidade paraibana. A busca por essa parceria aconteceu em um período que talvez não apontasse para sua vitória, pois como já foi mencionado em uma das seções anteriores, essa

escola de surdos teve a proposta educacional bilíngue – algo que, como disse Porto (2014), significa uma possibilidade de política contra-hegemônica ao modelo de educação inclusiva.

Os movimentos que envolveram a inclusão não foram suficientes para provocar a criação de uma escola específica, pois buscavam a inserção desses alunos nas escolas comuns já existentes, com a proposta inclusiva, cujos professores deveriam estar preparados para ensinar o aluno surdo, fazendo uso da língua de sinais.

Buscamos saber da professora Eleny Gianini sobre os aspectos que destacaria como importantes para a formação dos professores e composição do quadro técnico-pedagógico, já que houve a participação dos professores no curso de extensão intitulado “Gestão e Habilidades Básicas em Educação de Surdos”, oferecido pelo FAT/SETRAS/FUNAPE/UFPB, no ano de 2000, antes da implantação da escola. A professora enfatizou que:

Eu acho que foi bastante importante, porque veja só, todo mundo em relação a educação dos surdos, eram pessoas totalmente leigas, então tinha muitas que tinham a formação superior, ou então pelo menos, a escola normal, magistério, alguma coisa assim, especificamente, para educação dos surdos e particularmente para a educação bilíngue para surdos, totalmente era leigo. Então, esse curso de formação foi um ponta pé inicial bastante importante, porque as pessoas tomarem pé do que era, do que seria uma concepção de surdos, de educação dos surdos, o que seria essa escola e então, deu a base inicial para que depois, as pessoas fossem, as que foram trabalhar lá na escola terem já uma formação inicial, porque foi muito inicial, sobre isso, mas mesmo as outras pessoas que não foram trabalhar lá na escola terem já no município terem ideia de uma outra visão de surdos, que estabelecesse de certa forma uma rede de apoio pra própria escola.

(Eleny Gianini)

O relato acima corrobora as questões já abordadas no tópico da Extensão Universitária na EMSGB, quando a professora Gianini reafirma que foi necessária a participação desses professores porque o município iria implantar uma escola para os surdos. Nesse caso, os profissionais que iriam ensinar-lhes teriam que ter conhecimentos necessários que pudessem contribuir com a educação desses sujeitos. Sobre a participação da assessoria, perguntamos à Professora Dorgivânia como ela avaliava esse trabalho.

Foi fundamental! Tivemos contato com pessoas maravilhosas! Foi de muita valia. Porque assim, como era uma coisa nova, principalmente na época, tanto eu quanto as outras meninas, a gente nunca tinha tido contato nenhum, e a gente não tinha formação na área de educação voltada para o ensino de surdos. Então, elas (as professoras da assessoria pedagógica) contribuíram demais. Tudo que a gente aprendeu foi a partir da assessoria, tudo que a gente aprendeu foi com elas!

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

Sem essa formação, acreditamos que a escola de surdos não teria a função de transformar a realidade dessas pessoas no município. Sendo assim, a formação oferecida para os professores, de acordo com o relato de Dorgivânia, só veio a contribuir para a educação dessas pessoas e fez parte das ações que antecederam a criação dessa escola no município.

Diante desses relatos, entendemos quanto a parceria com a universidade contribuiu na formação de professores para atuar na escola de surdos do município. A equipe da UFPB, até mesmo depois de ter sido criada, continuou assessorando os professores. Além disso, como podemos perceber, os relatos feitos pelas professoras corroboram a análise dos relatórios finais, que mencionam o comprometimento de todas as pessoas, tanto da assessoria quanto da equipe da escola para que os alunos tivessem uma educação de qualidade.

Neste sentido, perguntamos a nossa entrevistada sobre a proposta educacional bilíngue adotada pela escola:

[...]marcou os surdos num momento importantíssimo, não só para educação, mas aí a partir do trabalho da escola dar a visibilidade, que os surdos passaram a ter na cidade e as pessoas começaram a ver que elas eram gente, não eram bicho, como as pessoas achavam que os surdos eram. [...] Ela [a escola] já nasceu com uma proposta educacional bilíngue, nesse momento que ela foi criada, em 2001. Em 2000 foi o curso de formação dos professores, a gente já tinha muito claro nesse momento que a educação bilíngue, era a melhor proposta pedagógica para educação dos surdos.

(Eleny Gianini)

Como vemos, a EMSGB, ao ser criada no marco teórico do bilinguismo, propiciou a construção de um projeto pedagógico que buscava assegurar, nas interações sociais, nos processos educacionais, com a utilização da Língua de Sinais, o pleno desenvolvimento dos surdos e, conseqüentemente, uma outra visão sobre a surdez e a pessoa surda na comunidade local. Quantas possibilidades de aprendizagem seriam possíveis de serem realizadas, em um contexto escolar, em que a Língua de Sinais estava sendo um aspecto positivo e comum a todos; em que a identidade, cultura e maneiras de viver no mundo, eram distintas.

Um outro aspecto importante destacado no relato da professora Eleny Gianini diz respeito às mudanças que ocorreram, mediante a inauguração e o funcionamento da escola de surdos. Dessa maneira, os professores que tiveram conhecimento sobre a educação das pessoas surdas puderam contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos surdos que estavam fora do contexto escolar e social. Sobre esse aspecto, ela destacou:

Eu acho que se formou uma equipe muito boa de trabalho e muito entusiasmada com o trabalho e aquele início era uma coisa muito interessante. [...] Então, era uma equipe super comprometida e também querendo acertar, querendo fazer o melhor e se envolvia demais, não só nos trabalhos de sala de aula, propriamente ditos, mas na participação dos surdos em outros eventos da cidade, mostrar os alunos de uma forma diferente, as festas que se faziam [...] foi uma equipe muito interessante e que fez com que firmasse essa educação de surdos e a escola de surdos de uma forma muito positiva, além de que a gente tinha a presença da diretora que é Socorro Leal Cabral, [...] uma grande entusiasta da educação de surdos. Então, foi um momento muito interessante, tinha uma equipe bastante comprometida. Com o tempo algumas pessoas saíram, por questões pessoais, vieram outras pessoas, mas sempre foi uma equipe muito boa, muito interessante.
(Eleny Gianini)

Com isso, entendemos que a educação das pessoas surdas em Gado Bravo vai se firmando com o comprometimento da diretora, dos professores e familiares em proporcionar a educação bilíngue de maneira significativa para o surdo. Por essa razão, como enfatiza Moura (2021, p. 20):

[...] Esse comentário é válido para a criança ouvinte e mais ainda para a criança surda, pois é na escola que se espera que ela possa encontrar interlocutores em uma língua que a respeita em sua diferença e um ou vários adultos (numa circunstância perfeita) com os quais terá a possibilidade de construir relações comunicativas, trocar conhecimentos e se tornar ser da linguagem e das relações. É na escola e nos interlocutores usuários da Libras ali presentes que ela poderá construir a sua identidade de forma íntegra e se desenvolver de forma plena.

Dessa forma, o conhecimento adquirido pelos professores sobre a educação das pessoas surdas resultaria no aprendizado da Língua de Sinais pelos alunos, na construção de sua identidade, relações sociais, pois a função da escola está além do contexto escolar.

No caso dos alunos de Gado Bravo, estes teriam uma nova possibilidade social, pois a função da escola de surdos dessa cidade não estava comprometida apenas ao ensino da Libras como primeira língua e da Língua portuguesa como segunda mas também em proporcionar novas vivências e práticas sociais, como disse Gianini:

Não só a vivência pedagógica, mas a vivência mais ampla do que é uma escola, ela tem um monte de questões e o que é você estar em uma escola pública, as dificuldades de uma escola pública, todas as intercorrências de uma escola, então eu acho, que para o processo de formação dos alunos, foi um processo extremamente importante e interessante. [...] uma coisa é você aprender num curso e outra coisa é você está lá na sala de aula com a comunidade surda, tendo que conversar, bater papo, que para desenvolvimento da língua de sinais, das futuras professoras é muito importante. Língua é vivência!
(Eleny Gianini)

4.4 O encontro com a Libras: a Instrutora surda como referência identitária e no processo educacional

A formação de que os professores participaram antes da implantação da escola de surdos contou com a participação relevante de uma instrutora, surda, de Libras. A presença dessa instrutora se constitui como uma referência identitária importante para os professores que estavam iniciando uma formação específica voltada para a educação dos surdos do município, assim como para os surdos que passaram a estudar na escola. Ao tecer comentários sobre o papel dessa Instrutora para o projeto educacional da escola e surdos da comunidade, Eleny Gianini destacou:

É uma coisa que a gente sempre defendia que a escola de surdos, na verdade deveria ter um número muito mais significativo de surdos como professores, diretores do que na verdade a gente conseguiu. Mas não só em Gado Bravo, é a realidade das outras escolas que estão mudando um pouquinho [...] mas particularmente, em relação a instrutora de Libras, eu acho que foi um papel que a gente sempre considerou fundamental, porque a Língua, mas não só a língua, mas a cultura surda, quem pode levar é esse surdo que vivência, não só ele tem essa língua como língua dele, como primeira língua, é uma língua legítima que flui na sua plenitude, vamos dizer assim, mas não só a língua, ele leva cultura, ele leva modos de estar nesse mundo que é a cultura que ele vivência e nós não vivenciamos (Eleny Gianini).

Sendo assim, é possível perceber que a presença de uma Instrutora surda levaria os alunos surdos ali presentes a pensar e buscar uma nova perspectiva de vida. Essa Instrutora foi um exemplo para esses sujeitos surdos, pois viram que podiam estudar, aprender, trabalhar, viverem novos contextos, buscando mudanças, ou seja, modificando sua realidade, desconstruindo falsos conceitos e construindo novos sentidos.

Vejamos as fotos que nos revelam momentos das aulas de Libras com a Instrutora surda:

Figuras 10 e 11 – Instrutora surda e alunos numa aula de Libras



Fonte: Fonte: Relatório Final de Extensão- Gonçalves; Kogiso e Dorziat (2002).

Nas fotografias estão alunos surdos, professora e a instrutora de Libras Josinalva, reunidos na sala de aula da escola. Percebemos que o diálogo estabelecido entre os alunos e a Instrutora acontece com a Libras, respeitando o sujeito surdo e permitindo que exerça seu direito de usar sua língua natural.

Nesse caso, a escola, ou seja, a educação proporcionada para esses sujeitos surdos desconstrói a ideia de que o sujeito surdo serve apenas para desempenhar funções sem prestígio, para as quais nem precisaria estudar. Isso se evidencia no relato de Gianini, a seguir:

[...] uma coisa importante, é que os surdos começam ver que existe um professor que é surdo, que ocupa um papel de prestígio na escola, porque na sociedade não só os surdos, mas as pessoas com deficiência em geral, ocupam no mercado de trabalho, geralmente, cargos bastantes subalternos, então eles são da limpeza, do artesanato, mas dificilmente, você os vê como professores, como diretores, trabalhando em fábricas como os ouvintes. Então, isso também tem um papel bastante fundamental porque aqueles surdos que viviam sem educação, escondidos nos sítios, largados, começam a vir para escola num processo de aprendizado, mas ele começa a ter uma referência que existe surdo que pode ser professor e isso também eleva a autoestima deles e dá uma possibilidade de visualizar um futuro diferente do que o futuro que eles nem visualizem e nem nada.

(Eleny Gianini)

A partir do contato diário com uma Instrutora de Libras, o preconceito que familiares e até mesmo os surdos tinham sobre o outro começa a ser desconstruído, uma vez que veem uma profissional como exemplo de superação para aqueles si mesmos, que até a criação da escola de surdos, não eram visibilizadas pela população de Gado Bravo. Ao se referirem à implantação da EMSGB para os surdos do município em questão, no artigo sobre o trabalho de quatro instituições de ensino que fazem parte da História da Educação de Surdos no estado da Paraíba, Gianini, Lima e Porto (2016) assim disseram:

Podemos afirmar que a vida dos surdos do município de Gado Bravo mudou, significativamente, desde a implantação da escola. De pessoas isoladas, sem comunicação, sem escolaridade, elas passam a pertencer a uma comunidade que se comunica entre si e com ouvintes. De analfabetas, passam a possuir um melhor nível de escolaridade. De pessoas isoladas na comunidade, agora se descobrem com um porvir social, afetivo e trabalhista. Esses avanços deparam-se ainda e, contraditoriamente, com a dificuldade de acolher outros surdos do município, que ainda se encontram sem escolaridade e não podem frequentar a escola (2016, p. 178-179).

A professora Dorgivânia, da escola de surdos, também comentou sobre o seu contato com a Libras, conforme se comprova no excerto de sua entrevista abaixo reproduzido:

Durante a formação a gente teve algum contato [com a Libras], mas aí depois no curso extensivo, que ficamos 4 meses aprendendo a língua, que a princípio achei difícil, mas Josinalva era maravilhosa e foi nesse curso que a gente aprendeu. Inclusive, é uma língua, e sempre faltava alguma coisa. O que ajudava muito a gente. Josinalva, ela não só ministrou esses 4 meses de curso, mas ela também era uma professora da escola. Então, era instrutora na época de Libras, que a gente a denominava como instrutora de Libras. Era muito importante, a gente ficou 4 meses com ela, mas sempre tinha algum sinal, alguma palavra que surgia que a gente não sabia, a gente recorria a ela, para tirar essas dúvidas. Era meio que um porto seguro, ela dava um suporte muito grande para gente nesse sentido. Tendo ela na escola, eu mesma me sentia mais segura em ministrar minhas aulas.

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

Diante disso, percebemos quão importante foi o trabalho da Instrutora de Libras para a aprendizagem da Língua de Sinais pelas professoras; tê-la presente na escola de surdos contribuiu intensamente para a aprendizagem desses sujeitos que estavam fora do contexto escolar. É importante mencionar que a formação do Instrutor de Libras foi regulamentada pela decreto 5.626/2005 em seu art. 6º:

A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I – cursos de educação profissional;

II – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III – cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (Brasil, 2005).

A partir dessa regulamentação, já havia necessidade da escola para surdos de Gado Bravo de ter uma instrutora de Libras surda, uma vez que um de seus objetivos seria contribuir com a Língua de Sinais e estimular os alunos surdos a seguir adiante nos estudos, já que estariam tendo o contato com uma profissional surda e que poderia ser um exemplo para os alunos surdos dessa escola.

Perguntamos a Gizebel a respeito do seu aprendizado da Libras, se houve dificuldades e sua opinião sobre o papel do(a) professor(a) surdo(a):

Quando começou em 2001, eu via a professora surda, era Josinalva que era nossa professora, ensinava Libras, mostrava os sinais, as letras, a datilologia em Libras, eu amei, me identifiquei muito na hora, e não demorou a aprender, porque é uma língua que era natural, comecei a aprender e foi fluindo naturalmente, aprendendo os sinais das coisas, que cada coisa tem um sinal. E foi rápido para aprender, a gente treinava, todo dia convivia com o outro e consegui desenvolver rápido. Demorou pouquinho, mas não foi difícil.

(Gizebel Gomes Barbosa)

Diante dos relatos feitos pela professora e pela aluna surda, entendemos que foi de suma importância, para a escola de surdos, contar com uma profissional surda, o que possibilitou um novo olhar sobre a comunidade surda de Gado Bravo e ajudou a desconstruir a ideia sobre o capacitismo, pois para muitas pessoas, o surdo não aprende, não precisa ir para a escola e não consegue trabalho. Além disso, “[...] é necessário valorizar a alteridade, conviver com os surdos como membros de uma cultura diferente, cuja aprendizagem ocorre a partir de uma incrível e surpreendente experiência visual” (Teske, 2016, p. 152).

Desse modo, a escola de surdos permite diversas possibilidades para os sujeitos surdos, além de “[...] ser consideradas um *locus* privilegiado de trocas de discursos em relação ao surdo e ao trabalho, e vêm atuando de forma direta no que podemos chamar de formação de surdos trabalhadores” (Klein, 2016, p. 79, sic). Nesse caso, a presença da Instrutora surda na escola foi importante para que esses sujeitos pudessem se ver em outros contextos sociais.

4.5 A relação entre familiares dos sujeitos surdos e a escola: alguns desafios

Diante de relatos tão importantes acerca da escola de surdo de Gado Bravo-PB, não podemos deixar de mencionar a família nesse processo. Não tivemos a oportunidade de entrevistar as famílias, pessoas importantes nesse caminhar identitário dos sujeitos surdos, mas trouxemos relatos importantes de nossos entrevistados sobre a família na vida de seus filhos surdos. A maioria dos alunos surdos tem pais ouvintes e pouco ou não conhecedores da surdez. Slomski (2010) enfatiza a importância do ambiente linguístico, o qual

[...] deverá ser criado em primeiro lugar nas famílias ouvintes, tendo em vista que 95% das crianças surdas nascem em lares ouvintes, onde os pais por não ter ou ter pouca experiência com pessoas surdas desconhecem a Libras e acabam criando uma situação de isolamento linguístico para essa criança, fato que poderá ocasionar sérios problemas para o seu desenvolvimento biopsicossocial. Pois, a criança que não adquire uma língua através da interação dialógica, dentro do contexto social em que vive, não adquire o instrumental linguístico necessário para o desenvolvimento do pensamento, provocando, assim, sérias dificuldades linguísticas, cognitivas e comunicativas etc. (Slomski, 2010, p. 66, sic).

Vemos que, conforme a autora, o fato de pais de surdos serem ouvintes dificulta a comunicação, se esses pais não dominarem a língua de sinais, podendo acarretar outras dificuldades, além das linguísticas. E, infelizmente, essa é uma realidade existente entre as pessoas surdas que vêm de contextos familiares ouvintes.

No município de Gado Bravo, a maioria dos pais dos alunos surdos também é ouvinte. O ideal seria que, desde pequena, a criança surda tivesse contato com a LS, pois “Todas as crianças surdas podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações cotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural” (Skliar, 2016, p. 27).

Nessa perspectiva, sabendo da importância da família no processo educacional dos alunos surdos do município de Gado Bravo, perguntamos à professora Dorgivânia como foi o seu contato com os familiares dos alunos surdos, ela assim se expressou:

Algumas, eram um pouco complicadas. As pessoas são diferentes, alguns aceitaram de imediato e a gente encontrou alguns entraves com algumas famílias, algumas não aceitavam. Tanto é que teve alunos, a maioria, os que eram já adultos. Então, alguns adultos não aceitaram, tanto é que não tinham participado. Mas, teve um trabalho de busca ativa desses surdos, de visitas, de conscientização das famílias que não foi feita pela gente, foi feita por Coca, Socorro que na época era diretora da escola, que participou dessa busca, dessa conscientização. Então, ela conversou muito com os pais, antes desses alunos, chegarem até a escola.

(Dorgivânia Gomes de Souza Silva)

Diante desse relato, entendemos que não foi fácil para as famílias aceitarem a saída de seus filhos para outro contexto, mesmo que fosse a escola. As famílias já estavam habituadas a terem os surdos dentro de suas casas e, para alguns, eles não aprendiam e não precisavam estudar. Desconstruir essa percepção que se tinha do sujeito surdo foi muito difícil, mas foi possível. A diretora nos relata como foi suas visitas a essas casas.

Eu fui fazer visitas nas casas dos familiares dos surdos, porque eu já tinha o interesse nelas, já sabia através das professoras e das agentes de saúde, visitei nas casas e fui dizer qual era o objetivo daquela pesquisa, a gente realmente precisava fazer um exame de audiometria em Campina Grande que ia agendar e que mandava para elas [família dos surdos] e elas naquele dia eram para vir para Gado Bravo que teria um carro que iria levar para fazer isso. A gente tinha que constatar essa surdez, porque a gente queria abrir uma escola de surdos aqui e explicava que tinha no caso, um desejo de Salomão, e assim, [...] 43, no caso eles aceitaram. Eles aceitaram, eles vieram ainda para escola, a gente teve reunião, explicamos o passo a passo e explicamos como a gente estava trabalhando. (Maria do Socorro Leal Cabral, grifo nosso)

Embora tenha sido trabalhada essa conscientização, a professora relata que ainda teve famílias e surdos que não aceitaram ir para a escola aprender, reforçando a falta de interação e conhecimento da família sobre a possibilidade de aprendizagem desses sujeitos surdos. Aceitar as mudanças que poderiam surgir a partir do ingresso dos surdos nas escola era difícil para as famílias, até porque já estavam acostumados com seus filhos dentro de casa. Sobre a importância da família nesse processo educacional do sujeito surdo, perguntamos a Gizebel como se dava a comunicação com seus pais e amigos antes de ingressar na escola de surdos do município. A ex-aluna da escola nos relatou o seguinte:

Muito difícil a comunicação com as famílias, porque ninguém sabia Libras. Havia uma barreira muito grande na comunicação com a família. A mãe falava o tempo todo, a família oralizava, mas não conseguia entender nada do que era dito. Era muito difícil a compreensão, usava muitos gestos, mais oralização, quase não existia comunicação. Era uma barreira muito grande. (Gizebel Gomes Barbosa)

Sendo assim, a informação mencionada aqui corrobora as informações que Slomski (2010) menciona sobre a família. Entre tantas barreiras que o sujeito surdo tem ultrapassado, a barreira familiar é mais uma e acaba acarretando muitas dificuldades ao invés de ajudar o sujeito surdo. Segundo a autora:

O meio familiar, no caso da criança surda, deverá favorecer a aquisição e desenvolvimento da língua natural, enriquecendo suas experiências linguísticas mediante uma estimulação adequada. Nesse contexto é que se reveste da maior importância o assessoramento da família, dos educadores e dos profissionais, que devem oferecer informação a respeito da avaliação, das possibilidades e capacidades da criança, bem como orientação para que os pais participem do processo educativo (Slomski, 2010, p. 69).

Encontramos aproximações dos relatos de Gizebel com os familiares na tese de Porto (2014), sobre alunos surdos da escola bilíngue de Sumé. Os ouvintes familiares, na sua

apreciação, têm apenas a si mesmos como referência, não podendo elaborar uma visão acerca de seus surdos fora do padrão ouvinte de ser, pois o discurso hegemônico engendra a negação dos surdos pela ausência de experiências com o seu modo de ser visual. “Nessas realidades, nas quais não existem experiências e vivências dos surdos como sujeitos visuais, vemos que ser surdo se resume mesmo à condição de falta do ouvir e do falar oral” (Porto, 2014, p. 55).

Assim, a visão clínico terapêutica da surdez é muito presente, levando ainda as famílias a buscarem as primeiras informações com um profissional da área médica, portanto, ao modelo médico de compreensão da surdez, questão que precisa ser problematizada, pois produz desigualdade e desqualificação dos surdos como pessoas de possibilidades (Porto, 2014). Ilustramos essa realidade, bastante comum na vida dos surdos, com base no estudo de Porto (2014) com a fala de uma mãe participante, Fabiana, mãe de Belmiro:

Um ano, quando eu comecei a falar e ele não falava, não olhava quando falava o nome dele, ele nada. Aí um dia eu levei para o médico e o médico falou que foi por conta da rubéola (Fabiana).

Por esse motivo, a família é tão importante nesse processo educacional. A escola, por exemplo, funciona como elo importante para que a família compreenda a sua relevância para a vida do sujeito surdo, e ambas devem caminhar juntas para que a educação das pessoas surdas seja possível, já que haverá tantas outras dificuldades, além das encontradas no contexto escolar e familiar, pois a falta de conscientização da sociedade perante a educação das pessoas surdas também se constitui barreira na rotina das pessoas surdas.

Nessa perspectiva, Gizebel sinalizou as mudanças que ocorreram em sua vida, a partir do seu ingresso na escola, considerando as suas relações sociais com familiares. Vejamos seu relato acerca do assunto:

Antes, tinha dificuldade na comunicação, mas hoje, facilitou bastante, até na família. A minha mãe tem muito interesse em aprender, a gente consegue se comunicar bem melhor, apesar de não saber muito, ela sabe um pouco de Libras. [...] Na minha família a minha mãe tem mais interesse em aprender, sabe um pouquinho de Libras, já o pai, irmãos e avós, um pouquinho só. Mas hoje eles têm conhecimento da Libras e vontade de aprender. Melhorou um pouco da comunicação.

(Gizebel Gomes Barbosa)

Sendo assim, as transformações proporcionados pela escola de surdos aos sujeitos surdos também foram ampliadas para o contexto familiar da nossa entrevistada. As mudanças que ocorreram a partir do conhecimento da Libras geraram interesse, principalmente por parte de sua mãe, que para se comunicar, aprendeu um pouco da Libras e demonstra interesse em

aprender mais. Esse interesse, embora pequeno, como relatado, se estende também aos outros familiares, pois têm a consciência de que a Libras é importante para a comunicação entre eles.

Sobre a importância da EMSGB, Gizebel assim relatou:

É muito, muito importante para mim a escola. Eu gosto muito, muito, muito, tudo que aprendi lá nas disciplinas, português, ciências, consegui aprender a ler, consegui desenvolver os sinais, melhorou muito a minha vida, consegui aprender um pouco do português também, muito importante a escola.

(Gizebel Gomes Barbosa)

Dessa forma, o elo entre a escola e família da ex-aluna foi possível, graças à criação da escola para surdos, que ampliou saberes sobre a importância da Libras em sua vida e na de outros sujeitos surdos. Isso também se deve ao fato de ter sido uma escola criada com a proposta bilíngue, que respeita o sujeito surdo e que cria possibilidades diversas para que esses sujeitos consigam usufruir de seus direitos educacionais e frequentarem os mesmos ambientes que outras pessoas.

Diante do relato, é possível entender o significado que a escola teve na vida de Gizebel, quanto de sentimento positivo ela expressa, dizendo que “gosta, muito, muito, muito...”.

Nós podemos mencionar a importância da escola de surdos, porém não como aquele que estudou ali; só esse indivíduo pode relatar quanto foi importante esse ingresso para sua vida escolar e as mudanças apresentadas através do aprendizado da Libras, muitas delas ocorrendo em seu contexto familiar e social.

Estamos enfatizando sobre uma escola que foi criada em 2001 e que teve seu significado social para a comunidade local, principalmente para os alunos e seus familiares que puderam perceber as mudanças em suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo se propôs a reconstruir a história de criação e implantação da escola de surdos no município de Gado Bravo-PB e teve como questão central: *Por que foi criada uma escola de surdos no município de Gado Bravo?* Para responder a esta questão, consideramos o contexto social, político e educacional, nacional, regional e local, articulando-os com relatos dos sujeitos envolvidos nessa trajetória e as instituições que participaram do processo de implantação dessa escola no interior paraibano.

Podemos considerar que a educação das pessoas surdas do município de Gado Bravo-PB passou por momentos importantes e determinantes. De início, viviam isoladas, não tinham acesso à escolarização, eram analfabetas e, aqueles que buscavam a escola, estudavam nas mesmas salas destinadas aos ouvintes, submetidos a uma metodologia oralista e, praticamente, não aprendiam, eram alunos repetentes e copistas. Vimos que essa realidade não era diferente de outras pessoas surdas da Paraíba, e até mesmo do Brasil, cuja história educacional tem sido duramente marcada pelo fracasso no ensino público.

A constatação da existência de um número elevado de pessoas surdas no município de Gado Bravo, em um levantamento realizado pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC- GB), no ano 2000, ocasionou a necessidade de criação de uma escola para atender a essa população. Diante dessa realidade, a SEC-GB solicitou assessoria pedagógica de professoras da UFPB, atual UFCG, para a implantação de uma escola para surdos. Vimos que esse trabalho foi desenvolvido por meio de projetos de extensão e que contou com o apoio de professoras da EDAC – possibilitando um intercâmbio entre instituições de ensino – e também com a participação de estudantes extensionistas do Curso de Pedagogia. Esses projetos cumpriram, assim, a função social da universidade, por meio do vínculo Universidade, comunidade escolar e os gadobravenses, além de nos possibilita ver, questionar e buscar transformar a realidade escolar e social dos sujeitos surdos.

Os documentos e relatos dos participantes da pesquisa revelaram que a professora Maria do Socorro Leal Cabral, “filha da terra” com larga experiência como professora de surdos da EDAC, teve uma significativa atuação em diferentes ações no município de Gado, as quais contribuíram para implantação da EMSGB. Ela foi contratada para assumir a função de diretora dessa Escola no ano de 2001.

A criação da EMSGB se concretizou no ano de 2001, como um marco importante para as pessoas surdas do município. Antes mesmo da efetivação nacional da lei da Libras, Gado

Bravo já estava efetivando a proposta de criação de uma escola nos marcos da educação bilíngue. Assim, os surdos passaram a pertencer a uma comunidade e deixaram de viver isolados ou escondidos em suas casas, sem escolarização, numa situação de exclusão social. Também foi importante para as famílias e a própria população de Gado Bravo, que passaram a ter um outro olhar sobre pessoas surdas.

Nesse processo, também foi ressaltado o papel fundamental da instrutora de Libras, Josinalva, contratada para a EMSGB, pois possibilitou aos surdos que ali estudavam, desde 2001, que a vissem como referência para eles. Além disso, seu convívio diário na escola permitiu situações de interação entre as professoras, nas formações promovidas, favorecendo um rápido aprendizado da Libras, sua apropriação por parte dos alunos surdos e aprendizado por parte dos familiares.

Reafirmamos a relevância de criação dessa escola para surdos, pois, como ressalta Saviani (2021), uma instituição não é criada sem objetivos, sem fundamentos, são criadas para serem permanentes, pois têm uma função social. Por isso, a EMSGB significou muito para todos os que participaram desse processo de criação. Todos os sujeitos envolvidos nesse processo nos relataram a importância dessa escola para a comunidade surda de Gado Bravo-PB e para as mudanças na perspectiva de vida dos sujeitos surdos que passaram a frequentar a escola.

A investigação propiciou uma reflexão acerca de quanto a escola significou para nós. Possibilitou-nos entender o valor das escolas bilíngues para as pessoas surdas, uma vez que tais instituições são significantes, necessárias e fundamentais para a vida desse público. Apenas com o ingresso na escola, as pessoas surdas puderam viver e interagir no contexto escolar e social e experimentar outras perspectivas sociais de vida. Na escola bilíngue, existe interação social, respeito à Libras como primeira língua, sendo a língua portuguesa a segunda língua, passando a constituir uma comunidade surda.

Com o desenvolvimento do presente estudo, passamos a entender mais a respeito da educação das pessoas surdas, em nível nacional e, principalmente, municipal. Mesmo sendo criada no município de Gado Bravo-PB, pouco sabia sobre a surdez, as concepções subjacentes sobre a pessoa surda e o número considerável de surdos no município. Quando conhecemos a realidade do outro, podemos entender de suas necessidades e preferências. Assim que tive acesso à escola de surdos, aos professores e à ex-aluna surda, pude entender o respeito e o significado que a EMSGB tem na vida de cada sujeito que participou de nossa pesquisa.

Essa pesquisa nos possibilitou conhecer ainda mais sobre a luta das pessoas surdas em defesa de uma escola bilíngue. Saber que no município onde fui criada houve mobilizações em

prol da educação das pessoas surdas contribui para que, como pesquisadora, eu reconheça o significado social inestimável dessa escola, pois representa ações que foram na contramão da política de inclusão, sendo referência de luta em defesa da educação das pessoas surdas.

O marco temporal estabelecido nesta pesquisa nos instiga à busca incessante de mais conhecimentos que vão além dos seus antecedente e período de implantação da EMSGB (1999-2002). Acreditamos que ainda existem aspectos a serem investigados, demandando a necessidade de entender mais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola na perspectiva bilíngue e sobre o contexto familiar dos alunos surdos, investigação que não foi possível nesse momento. Além disso, entendemos ser valioso ter acesso a outros depoimentos de alunos surdos egressos e outros profissionais que participaram da história da EMSGB para a educação dos surdos no município, o que pode nos remeter a outros objetivos e conhecimentos que daí possam demandar, a partir de novos períodos da história dessa escola para surdos.

REFERÊNCIAS

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação de surdos**: dos enfoques clínicos aos culturais, 1991. (Mimeo.). Eleny Gianini (Trad.), 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso: em 27 de out. de 2022.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

CARTA ABERTA DOS DOUTORES SURDOS AO MINISTRO MERCADANTE: elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística. 8 jun. 2012.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. *In*: LACERDA, Cristina Broglia dos Santos de; SANTOS, Lara Ferreira. (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2021.

CELLARD, André. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295 - 316.

CRUZ NETO. Otávio. **O trabalho de Campo como descoberta e criação**. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio z; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação**: Pensando a Surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

DORZIAT, Ana. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). PROBEX – Projeto de Extensão Assessoria Pedagógica para Implantação da Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo/PB, Campina Grande, 2001.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

EM GADO BRAVO, QUASE 30% TÊM DEFICIÊNCIAS. **Jornal do Correio da Paraíba**, Campina Grande/PB. 02 de dezembro de 2012. p.B3; Ano LIX Nº120.

FENEIS, Revista da. **Brasil diz sim as escolas bilíngues para surdos**. Publicação trimestral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Nº 46. Dezembro de 2011. Fevereiro de 2012. ISSN 1841-4615. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/revista_feneis_46. Acesso em: 21 ago. 2023

GATTI JUNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, 2015.

GONÇALVES, Helnton de Sá; KOGISO, Tatiana Kioko G. S; DORZIAT, Ana. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). PROBEX – **Relatório Final Assessoria Pedagógica para Implantação da Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo/PB**. Campina Grande, 2002.

GIANINI, Eleny. **Professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação**. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012.

GIANINI, Eleny; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; PORTO, Shirley Barbosa das Neves. Formar, transformar e militar: recortes da história de escolas bilíngues para surdos no interior da Paraíba. *In*: ALBINO, Ivone Braga; SILVA, José Edmilson Felipe da; OLIVEIRA, Laralis Nunes de Souza (org.) **A muitas mãos: Contribuição aos estudos surdos**. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

GIANINI, Eleny; UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). PROBEX – **Projeto de Extensão Universitária Assessoria Pedagógica para a Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo/PB**. Campina Grande, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/gado-bravo/panorama>. Acesso em: 03 jul. 2023.

KLEIN, Madalena. Os discursos sobre a surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador. *In*: SKLIAR, Carlos. (org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016. 192 p.

LAPLANE, Adriana L. F. Notas para análise dos discursos sobre inclusão escolar. *In*: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana L. F (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Inclusão escolar de surdos: entre o dito e o feito. *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro *et al.* (org). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

LOPES, Maura Coracini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. *In*: SKLIAR, Carlos (org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016. 192 p.

MARTINS, Walda de Fátima.; SILVA, Christinne Ferreira.; GIANINI, Eleny. **Relatório Final – Assessoria Pedagógica para a Escola Municipal de Surdos de Gado Bravo**. UFPB: 2002.

MELO, Uirá Souto. **Estudo epidemiológico e genético da surdez em dois municípios do estado da Paraíba, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências, na área de Genética e Biologia Evolutiva)– Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

MOURA, Anaisa Alves de; FREIRE, Edileuza Lima; FELIX, Neudiane Moreira. Escolas Bilíngues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp.2, p. 1283-1295, nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10172>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MOURA, Maria Cecília de. Surdez e Linguagem. *In*: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução a Libras e Educação de Surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. Construção conceitual da Extensão na América Latina. Brasília: UNB, p.57-82, 2001.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

PARAÍBA, Mapa da. Disponível em: http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/04/MAPA-PB-GREs.eps_.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

PARAÍBA, Universidade Estadual da. CONSEPE. **Resolução nº 13, de 19 de abril de 2006**. Cria o programa de tutoria especial no âmbito da UEPB. Disponível em: <https://uepb.edu.br/download/resolucao-013-2006-cria-programa-de-tutoria-especial/>. Acesso em: 20 set. 2020.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. *In*: SKLIAR, Carlos. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016. 192 p.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola (org.). **Instituições escolares e escolarização no nordeste**. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.

PORTO, Shirley Barbosa das Neves. **Sou surdo e não sabia?** Situação linguístico, cultural e educacional dos surdos em Sumé/PB e o processo de implantação da escola bilíngue no município. UFPB: João Pessoa: 2014.

RODRIGUES, Melânia Mendonça. Revisitando a história 180-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**. V.16, n.2, p.135-175, 2003.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de Surdos: A caminho do bilinguismo**. Niterói: EdUFF, 1999.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. A posição Inclusivista radical na educação de surdos. *In*: ALBINO, Ivone Braga; SILVA, José Edmilson Felipe da; OLIVEIRA, Laralis Nunes de Souza (org.) **A muitas mãos: Contribuição aos estudos surdos**. Natal, RN: EDUFRN, 2016.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. Tradução: Alfredo Barcellos Pinheiro Lemos Rio de Janeiro: Imago ed., 1990.

SALAMANCA. Declaração de. Sobre princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. **Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais**, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

SANFELICE, José Luís. História e Historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (org.) – 2. ed. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021, p. 03-27.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.

SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. *In*: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos. (org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016. 192 p.

SKLIAR, Carlos. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **XX Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu: 1998. Disponível em: <http://projetoedes.org>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá, 2010.

SOARES, Fabiana Martins Rodrigues; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O aluno surdo em uma escola regular: um estudo sobre a construção da identidade**. *In*: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANTE, Adriana Lia Frizman de. (org). **Política e práticas de educação inclusiva**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados: Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, Regina Maria e GÓES, Maria Cecília Rafael. O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. *In: SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilingüe para surdos*. V. 1. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

TESKE, Ottmar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas. *In: SKLIAR, Carlos. (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. - Porto Alegre: Mediação, 2016. 192p.

THOMA, Adriana da Silva. Surdos: esse “outro” de que fala a mídia. *In: SKLIAR, Carlos. (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. 192 p.

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESCOLA MUNICIPAL DE SURDOS DE GADO BRAVO (EMSGB): DO PROCESSO DE CRIAÇÃO À IMPLANTAÇÃO (2001- 2013)

Pesquisador: VALERIA BARBOSA GUEDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68469323.3.0000.5182

Instituição Proponente: Universidade Federal de Campina Grande

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.174.767

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa para elaboração de dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG. O pesquisador descreve que esta pesquisa está vinculada à Linha 1 "História, Política e Gestão Educacionais" do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGE/UFCEG). Tem como objeto de estudo a história de uma instituição pública para surdos de Gado Bravo-PB, no período de 2001 a 2013, cujo objetivo maior é investigar historicamente o processo de criação e implantação da Escola de Surdos no município de Gado Bravo/PB, no período, no referido período. Se fundamenta em estudiosos da área da educação de surdos e da política de inclusão em diálogo com os referenciais que abordam o campo de estudos das instituições escolares. Trata-se de uma investigação inspirada em categorias do materialismo histórico-dialético baseado nos estudos de Ciavatta (2008), Cury (1985) e Netto (2011). A pesquisa é de cunho documental e também de campo, pois pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participaram do processo histórico de criação da instituição no município.

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador elenca como objetivos da pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.

Bairro: São José

CEP: 58.107-870

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 6.174.767

Investigar historicamente o processo de criação e implantação da Escola de Surdos no município de Gado Bravo/PB, no período de 2001 a 2013.

Objetivos Secundários:

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 6.174.767

nos contextos nacional, estadual e local, assim como, entender o processo de criação de uma instituição

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 6.174.767

Outros	TermodeanuenciaEscola.pdf	31/03/2023 18:19:01	VALERIA BARBOSA GUEDES	Aceito
Projeto Detalhado / Resumo	PROJETOVALERIABARBOSAGUEDES .pdf	17/03/2023 17:25:57	VALERIA BARBOSA GUEDES	Aceito

ANEXO II
RECORTE DA REPORTAGEM PUBLICADA NA REVISTA DA FENEIS-DEZ. 2011
FEV.2012 SOBRE A MOBILIZAÇÃO DO SETEMBRO AZUL



APÊNDICES

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ENTREVISTA -PROFESSORA DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA UFCG-ELENY GIANINI

I – Informações pessoais, acadêmicas e profissionais

1. Gostaria que se apresentasse e falasse um pouco sobre você, sua formação, vinculação e atuação profissional na UFCG.

II – Sobre o papel e trabalho da assessoria pedagógica na criação da EMSGB

Os projetos e relatórios de extensão que foram desenvolvidos com vistas a assessorar a criação da EMSGB, trazem informações importantes sobre a história de criação dessa instituição. Nosso objetivo com essa entrevista, Profa Eleny Gianini, é aclarar algumas dúvidas e ampliar informações constantes no projetos e relatórios PROBEX /UFCG.

1. A EMSGB surge em um momento histórico da educação de surdos em que o Bilinguismo se firmava como proposta educacional na educação e surdos. Fale um pouco sobre o que significou esse momento para a educação de surdos de Gado Bravo.
2. Além de coordenar os projetos de assessoria pedagógica da UFCG, para criação da EMSGB, participou de outras ações? Quais?
3. Como você avalia a parceria envolvendo a Secretaria de Educação de Gado Bravo (SEDUC/GB) e Assessoria Pedagógica para o município de Gado Bravo/PB e para a comunidade surda e para o curso de Pedagogia?
4. Sobre a participação dos professores no curso de extensão intitulado “Gestão e Habilidades Básicas em Educação de Surdos”, oferecido pelo FAT/SETRAS/FUNAPE/UFPB, no ano de 2000, antes da implantação da escola, que aspectos você destaca como importantes para a formação dos professores e composição do quadro técnico-pedagógico?
5. Em relação à participação de alunos extensionistas do curso de Pedagogia da UFCG na assessoria pedagógica foi importante para a formação de professores que iriam atuar na escola de surdos? Por quê?
6. A presença de uma instrutora de Libras- surda-para atuar na escola é destacada nos relatórios PROBEX (2001-2002) como tendo desempenhado um papel fundamental para de implantação da EMSGB. Gostaria que comentasse sobre o papel dessa instrutora para o projeto educacional da escola e surdos da comunidade.
7. Sabendo que a Seduc/GB buscou a contribuição da assessoria pedagógica para a implantação da escola de surdos, ofertou transporte para locomoção de professores e alunos extensionistas, resultando na criação a escola de surdos, houve outras colaborações/incentivos que culminaram em ações importantes para a criação e desenvolvimento educacional dos alunos dessa escola?
8. A partir da inauguração e do funcionamento da escola de surdos, foi possível perceber que os professores que tiveram conhecimento sobre a educação das pessoas surdas, puderam contribuir

de maneira significativa para o desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos surdos que estavam fora do contexto escolar e social? Comente.

9. O espaço está aberto para acrescentar outras informações, esclarecimentos de questões além das perguntas realizadas, sobre a criação da escola de surdos, envolvendo os anos de 2000-2002?

SEGMENTO: PROFESSOR OUVINTE

I – Informações pessoais, acadêmicas e profissionais

1. Gostaria que o (a) senhor (a) se apresentasse e falasse um pouco sobre você, sobre sua formação acadêmica e profissional.

II – Sobre seu trabalho na EMSGB

1. Como foi seu contato com a EMSGB?
2. Há quanto tempo você está na escola de surdos?
3. Você já tinha experiência na educação das pessoas surdas? Se sim, como foi?
4. O que levou você a ter interesse pela educação das pessoas surdas no município de Gado Bravo/PB?
5. Você participou da assessoria pedagógica promovida pela UAED/UFCG? Se sim, quais as contribuições que essa parceria promoveu para sua formação?
6. Como você avalia a participação da assessoria pedagógica na EMSGB?
7. Você já sabia usar a Língua de Sinais? (domínio da língua); Como viu a presença de um professor surdo de Libras na EMSGB?
8. Para você, antes da criação da escola de surdos no município de Gado Bravo/PB, como se dava a educação dessas pessoas?
9. Você considera importante a escola de surdos no município? Por quê?
10. Você percebeu mudanças importantes do sujeito surdo durante o contexto escolar, como sua chegada a escola e permanência que contribuíssem com suas relações sociais em outros contextos? Explique.
11. Sobre seu trabalho pedagógico com os alunos surdos, fale como seu deu nesses primeiros anos de implantação da escola! Teve dificuldades? Se sim, quais?
12. Como era a relação com as famílias? Presença-ausência!
13. Espaço livre para acréscimos e esclarecimentos de questões.

I – Informações pessoais, acadêmicas e profissionais

1. Gostaria que a senhora se apresentasse e falasse um pouco sobre você e sobre sua formação

II – Sobre seu vínculo com EMSGB

1. Gostaria de saber como você chegou até a escola de Gado Bravo, de sua vinculação e atuação profissional na EMSGB.
2. Antes da criação da escola de surdos no município de Gado Bravo/PB, como se dava a educação das pessoas surdas?
3. Como você chegou às famílias que tinham pessoas surdas?
4. Fale sobre a Assessoria Pedagógica da UFCG; quais contribuições para a EMSGB?
5. Como se deu a criação da escola? Fale um pouco sobre o papel da SEDUC/GB nesse processo e para as instalações físicas: prédio onde foi instalada a escola início das atividades!
6. Como foi a sua escolha para diretora da escola da EMSGB?
7. De que maneira a criação dessa escola contribuiu, naquele momento, para a educação das pessoas surdas?
8. Quais foram os principais desafios encontrados por professores e alunos da escola de surdos?
9. Como era a relação da escola com as famílias dos surdos?
10. Sobre a Libras, como foi o contato e aprendizado pelos docentes e alunos?
11. Sabendo que as professoras da assessoria e alunos extensionistas da UFCG acompanhavam o trabalho pedagógico da escola, que aspectos você destaca como importantes?
12. O espaço está aberto para acrescentar outras informações, além das perguntas realizadas, sobre a criação da escola de surdos, envolvendo os anos de 2000-2002.